

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

Dezesseis anos de política de genéricos no Brasil: desafios e perspectivas.

CAROLINE MIRANDA ALVES DE SOUZA
matrícula nº: 113086139

ORIENTADORA: Prof^a. Lia Hasenclever

SETEMBRO 2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

Dezesseis anos de política de genéricos no Brasil: desafios e perspectivas.

CAROLINE MIRANDA ALVES DE SOUZA
matrícula nº: 113086139

ORIENTADORA: Prof^a. Lia Hasenclever

SETEMBRO 2016

As opiniões expressas neste trabalho são da exclusiva responsabilidade da autora

AGRADECIMENTOS

A Lia Hasenclever, professora do Instituto de Economia da UFRJ, por ter aceitado orientar minha monografia e por ter sempre se colocado à disposição para esclarecer dúvidas, dando-me todo o suporte necessário para a elaboração deste trabalho, além de sempre colaborar com críticas construtivas, sugestões e elogios.

A minha mãe, Kilma Betânia da Silva Miranda, por todo apoio, por ter acreditado em mim e por ter aceitado todas as minhas escolhas, sem toda essa força eu jamais seria capaz de chegar até aqui. E a todos meus familiares e amigos por terem acreditado em mim e terem estado ao meu lado quando precisei.

RESUMO

No ano de 1999 foi promulgada a Lei nº 9.787, popularmente conhecida como Lei dos Genéricos. Essa lei tinha como objetivo reduzir o preço dos medicamentos e ampliar o acesso destes à população brasileira. Neste trabalho, busca-se entender como ocorreu a introdução desse tipo de medicamento no Brasil, quais políticas foram adotadas para auxiliá-la no decorrer dos anos e de que forma as mudanças na economia afetam esse mercado.

A metodologia utilizada neste trabalho se deu através de pesquisa na imprensa buscando captar a evolução da introdução dos medicamentos genéricos no Brasil, complementada por pesquisa na literatura de economia industrial sobre o funcionamento das indústrias e na literatura empírica sobre a indústria farmacêutica.

Os resultados mostram que para que os medicamentos genéricos conseguissem conquistar espaço no mercado brasileiro alguns fatores como aceitação e confiança dos consumidores e programas do governo foram de suma importância. Além disso, as mudanças no comportamento de médicos quanto à prescrição médica e a ampliação na variedade disponível de medicamentos genéricos também foram responsáveis pelo crescimento da participação destes medicamentos no mercado, com mais consumidores optando pela compra de medicamentos genéricos.

Porém, do outro lado, atuaram fatores como a Lei de Licitações, o desembolso direto dos custos pelos consumidores para a compra de medicamentos e o baixo poder aquisitivo da população brasileira, prejudicando a disseminação dos genéricos de forma mais ampla no mercado. Entre os fatores prejudiciais para o desenvolvimento deste setor, podemos citar ainda a desvalorização do câmbio e os altos impostos, que encarecem a produção destes medicamentos e tornam os preços destes produtos mais elevados.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO I: DINÂMICA DO MERCADO FARMACÊUTICO	8
I.1: ALGUMAS DEFINIÇÕES ECONÔMICAS	8
I.2: A INDÚSTRIA FARMACÊUTICA NA PERSPECTIVA DO MODELO ECD	10
I.2.1: MERCADO FARMACÊUTICO GERAL.....	11
I.2.2: MERCADO FARMACÊUTICO BRASILEIRO.....	16
CAPÍTULO II: EVOLUÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS GENÉRICOS NO BRASIL.....	19
II.1: UMA BREVE PERSPECTIVA	20
II.2: RETROSPECTIVA DO SEGMENTO DE GENÉRICOS A PARTIR DA COBERTURA DA IMPRENSA.....	25
CAPÍTULO III: POLÍTICAS E ATUAÇÃO DA ANVISA EM PROL DO MERCADO DE GENÉRICOS.....	35
CAPÍTULO IV: ANÁLISE DOS FATORES QUE DIFICULTAM E FACILITAM A DIFUSÃO NO MERCADO FARMACÊUTICO BRASILEIRO.....	44
IV.1 IMPORTÂNCIA DOS FATORES.....	44
CONCLUSÃO	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54
PESQUISA DE REPORTAGENS EM SITES	57

ÍNDICE DE GRÁFICOS E QUADROS

Gráfico 1: Total de mercado (Farmacêutico/Genéricos) em unidades (Milhões)	21
Gráfico 2: Total de mercado (Farmacêutico/Genéricos) em dólares (Milhões).....	21
Gráfico 3: Valor economizado no acumulado pela população	22
Quadro 1: Participação dos genéricos no mercado farmacêutico em vários países (% em valor e em unidades).....	24
Quadro 2: Fatores que facilitam a disseminação dos genéricos no mercado	44
Quadro 3: Fatores que dificultam a disseminação dos genéricos no mercado	44

INTRODUÇÃO

Em 1999 foi promulgada a Lei nº 9.787, popularmente conhecida como Lei dos Genéricos, que foi formulada objetivando melhorar o acesso a tratamentos medicamentosos no Brasil. Por meio desta lei, ficou instituído que os preços dos medicamentos genéricos deveriam ser no mínimo 35% menores que os dos medicamentos de referência, se tornando um poderoso instrumento de ampliação do acesso de medicamentos, principalmente permitindo que pessoas de baixo poder aquisitivo possam cuidar melhor da sua saúde.

Em relação à saúde pública e ao caráter de essencialidade dos medicamentos, a Organização Mundial da Saúde (OMS) os caracteriza como: “...de máxima importância, que são básicos, indispensáveis e imprescindíveis para atender as necessidades de saúde da população e que devem ser acessíveis em todo o momento, na dose apropriada, a todos os segmentos da sociedade e a um preço que os indivíduos e a comunidade possam dispor (...)” (WHO, 1999, citado por Hasenclever *et al.*, 2010, p. 52), de forma que, os medicamentos genéricos podem ser fundamentais para garantir uma melhora na qualidade de vida de uma população.

Nos últimos anos, o Brasil tem enfrentado crises no cenário econômico, não havendo incentivos para o crescimento do setor farmacêutico no país, seja pela necessidade de reduzir gastos ou mesmo devido à desvalorização do câmbio, que encarece os fatores de produção dos medicamentos. A alta carga tributária no país também desestimula a difusão deste mercado, assim como a péssima rede de distribuição de medicamentos existente, a falta de incentivos por parte do governo e a má distribuição de renda no Brasil, que concentra o consumo de medicamentos nos grupos de maior poder aquisitivo.

O objetivo deste trabalho é verificar o desenvolvimento nos últimos dezesseis anos da Política de Medicamentos Genéricos no Brasil, quais foram os pontos-chaves para a conquista de mercado, quais fatores dificultaram seu crescimento e, se foram atingidos os objetivos que levaram a instituição da Lei nº 9.787 no Brasil.

A metodologia adotada neste trabalho foi uma pesquisa na imprensa, em diversos sites de notícia, tais como Globo.com, Valor Online, Época Online, focando no período de 1999 até 2015 e buscando captar a evolução da introdução dos genéricos no Brasil, complementada por pesquisa na literatura de economia industrial sobre o funcionamento das indústrias e na literatura empírica sobre a indústria farmacêutica. A referência completa das fontes consultadas encontra-se nas referências bibliográficas.

A monografia está dividida em quatro capítulos, além da Introdução e da Conclusão. No primeiro Capítulo, foi feito um breve resumo de como é caracterizado o mercado farmacêutico, dada sua forte internacionalização, sua produção concentrada e seus altos custos com pesquisa e desenvolvimento (P&D). Além disso, são apresentadas algumas definições necessárias para o estabelecimento da dinâmica desse mercado, tais como o Modelo Estrutura-Condução-Desempenho, barreiras de entrada e saída e economias de escala e escopo. Foi questionada, ainda, a importância de regulação do mercado farmacêutico, assim como que políticas públicas podem auxiliar o funcionamento deste. Por fim, foi feito um breve resumo sobre o mercado farmacêutico no Brasil.

No segundo Capítulo, foi analisada a evolução do mercado de medicamentos genéricos no Brasil. Foram utilizados dados encontrados no site da Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos e, em reportagens sobre o tema, publicadas na imprensa, verificando o sucesso e problemas enfrentados por esta política nos anos que sucederam a Lei 9.787, de forma a se realizar uma retrospectiva sobre como os genéricos foram conquistando espaço ao longo dos anos no mercado brasileiro.

No terceiro Capítulo, são apresentadas algumas políticas que foram adotadas pelo governo e que auxiliaram o crescimento dos medicamentos genéricos no mercado, tal como o Programa Farmácia Popular. Além disso, foi feita uma retrospectiva apresentando reportagens sobre atuação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e de outros órgãos sobre o mercado de genéricos.

E por fim, no quarto Capítulo, foi realizada uma breve análise acerca dos fatores que dificultaram e facilitaram a difusão dos medicamentos genéricos dentro do mercado farmacêutico brasileiro, sendo analisados fatores como o desembolso direto dos custos de medicamentos pelos consumidores, a influência da taxa de câmbio e a importância de divulgação para melhorar a aceitação destes medicamentos pelos consumidores.

CAPÍTULO I: DINÂMICA DO MERCADO FARMACÊUTICO

A produção de medicamentos, tanto para uso humano quanto para uso veterinário, representa a atividade central da indústria farmacêutica. Essa indústria é caracterizada pelo elevado grau de internacionalização, com a forte influência de multinacionais determinando a estrutura do mercado farmacêutico. Além disso, é um setor que possui estrutura de produção bastante concentrada e pode ser caracterizado como um oligopólio.

O setor farmacêutico é liderado por empresas de grande porte, com atuação global e sedes situadas, em geral, nos países desenvolvidos, como Estados Unidos da América (EUA) ou países europeus. As atividades que exigem maior grau de capacitação, tal como pesquisa básica e aplicada e a presença ativa de funcionários altamente qualificados, em geral realizadas nas matrizes dessas empresas.

O elevado número de processos de aquisições e fusões no mercado farmacêutico contribui para a concentração desta indústria. Dentre os motivos para que se decida realizar fusões e aquisições estão os elevados custos com pesquisa e desenvolvimento (P&D) e testes clínicos, além da necessidade de utilizar tecnologias mais avançadas que requerem maior financiamento.

A partir daqui serão discutidas algumas definições econômicas essenciais para em seguida realizar-se uma caracterização da indústria farmacêutica baseada nessas definições. As definições que aqui constam foram obtidas em Hasenclever *et al.* (2010).

I.1: ALGUMAS DEFINIÇÕES ECONÔMICAS

Em Economia Industrial, tem-se o chamado Modelo Estrutura-Condução-Desempenho (ECD) que estabelece uma relação direta entre a estrutura, a condução e o desempenho das indústrias. O Modelo ECD realiza a identificação de variáveis ou atributos capazes de explicar as diferenças de desempenho observado, com o monitoramento das indústrias pelos órgãos reguladores da concorrência.

A condução das empresas será diferenciada e motivada pelo tipo de estrutura de cada indústria, sendo caracterizada pelo número e tamanho dos agentes, grau de diferenciação de

produtos e serviços, presença ou ausência de barreiras à entrada, formatos das curvas de custo, grau de integração vertical das empresas e extensão de diversificação das empresas para outros mercados.

Enquanto que, a estrutura de mercado é determinada por fatores, tais como localização, propriedade da matéria-prima, natureza das tecnologias, grau de sindicalização, padrão de entrega da produção, disponibilidade de produtos substitutos, taxa de crescimento, entre outros. Podendo ocorrer efeitos de retroalimentação ou de encadeamento, nos quais se observa efeitos sistêmicos de influência entre as variáveis.

Indústrias com vantagens estruturais, em geral, não convergem para um funcionamento previsto pelo modelo concorrencial. Nestes casos, o governo deverá intervir quando houver problemas na organização da indústria ou o mercado estiver conduzindo tal indústria para um desempenho não eficiente. Ou seja, quando se verificar a presença de assimetrias de informação ou de externalidades. As externalidades ocorrem quando pessoas aleatórias necessitam arcar com um custo, ou recebem um benefício, de forma indireta pela produção de um bem ou serviço, sem que estas tenham feito a decisão por consumi-lo. A intervenção do Estado poderá se realizar através de variáveis da estrutura e/ou da conduta e/ou do desempenho.

O governo pode intervir sobre o mercado criando taxas e subsídios, que são instrumentos de política capazes de influenciar a estrutura de mercado, os preços, os custos e os investimentos. Outra forma de intervenção governamental pode se dar pela determinação de condições prévias de operação e circulação de bens e serviços ou mesmo, através do controle de preços. Os governos podem ainda criar empresas públicas com o objetivo de regular custos, preços e padrões de qualidade, promovendo concorrência contra os rivais privados e ampliando o desempenho geral da indústria. A ideia de o Estado regular alguns setores da economia é garantir que indústrias de bens e serviços públicos atendam a todos os cidadãos de forma equitativa.

Outra questão para definição é referente ao poder de mercado de uma empresa, que pode ser determinado pelas condições de entrada e saída em uma indústria. A mobilidade de capitais ou de fatores de produção é um fator de fundamental importância para a constituição de um mercado competitivo. Acontece que, em sua maioria, as condições de entrada e saída são bem mais rígidas do que deveriam ser, impedindo que haja mobilidade de capitais ou fatores de produção no mercado.

Uma barreira à entrada ocorre quando algum fator atua proibindo a entrada instantânea de uma empresa no mercado. De modo que, quando há livre entrada, as empresas recebem estímulos para operarem de forma mais eficiente, permitindo a introdução no mercado de novos produtos e novas tecnologias. A definição para barreiras à entrada foi enunciada por J. Bain (1941 *apud* Hasenclever *et al.*, 2010, p. 26), como “*condições de mercado que permitem as empresas estabelecidas fixarem preços acima dos custos marginais sem atrair a entrada de outras empresas*”.

Enquanto que, uma barreira à saída ocorrerá quando houver necessidade de uma empresa arcar com um custo para que deixe a indústria. As barreiras de saída normalmente estão interligadas aos custos irrecuperáveis, de modo que as empresas permanecerão no mercado quando os seus custos de capital não puderem ser facilmente repassados a terceiros devido a sua especificidade ou houver possibilidade de se perder todo ou quase todo o investimento inicial realizado.

Uma barreira de entrada está relacionada às economias de escala caso haja a possibilidade de um pequeno número de empresas produzirem um nível de produto suficiente, minimizando-se os custos médios. Ou seja, economias de escala ocorrem quando os custos fixos para se produzir vão se reduzindo dado um aumento da quantidade de unidades produzidas. Uma economia de escala pode ser alcançada através da especialização, que em geral reduz os custos de produção.

Além disso, as barreiras à entrada podem estar também relacionadas às economias de escopo, conforme é definido em Chandler (1990 *apud* Hasenclever *et al.*, 2010, p. 31),

“A maior parte das empresas produz mais de um produto, logo, deve haver uma razão para isto, ou seja, deve ser menos custoso produzir vários produtos do que apenas um produto. A isto denominamos de economias de escopo: há vantagens em produzir vários produtos conjuntamente ao invés de especializar uma empresa na produção de um único produto.”

I.2: A INDÚSTRIA FARMACÊUTICA NA PERSPECTIVA DO MODELO ECD

Nesta seção será realizado um breve estudo sobre a indústria farmacêutica e a sua relação com as características apresentadas anteriormente.

I.2.1: MERCADO FARMACÊUTICO GERAL

A classificação dos medicamentos pode ser feita quanto à matéria-prima utilizada para o desenvolvimento e para a produção de medicamentos. Quanto à natureza, distinguem-se os medicamentos entre: farmoquímicos (síntese química de material orgânico), fitoterápicos (isolamento da substância medicamentosa encontrada em material botânico integral ou seu extrato) e biotecnológicos (substâncias engenheiradas através da biologia molecular), conforme enunciado em Hasenclever *et al.* (2010, p. 51)

A produção de farmoquímicos, os quais se dará ênfase neste trabalho, está interligada a indústria de química fina, que é a base para a elaboração de produtos químicos com elevados valor agregados. Os produtos intermediários, originados nesta indústria, são utilizados como matéria-prima para a elaboração do produto final, no qual está contido o princípio ativo, também chamado de fármaco.

Podem-se classificar tais medicamentos segundo critérios associados às exigências regulatórias, tais como necessidade de prescrição, legislação de propriedade intelectual e saúde pública, que variam de país para país. Quanto à necessidade de prescrição médica para compra do medicamento, tem-se a distinção entre os medicamentos éticos, aqueles que exigem a apresentação de receita médica para possibilitar o consumo e os medicamentos não éticos ou populares, que possuem venda livre, ou seja, não necessitam de prescrição para serem adquiridos pelos consumidores.

Quanto à legislação de propriedade intelectual, pode-se distinguir entre aqueles medicamentos que são protegidos, ou não, por uma patente. Os medicamentos protegidos por uma patente são comercializados através de um nome comercial ou marca e, por sua vez, aqueles cuja patente já expiraram, dependendo da legislação de cada país, poderão ser comercializados sob a denominação genérica do princípio ativo (genéricos) e/ou por um nome comercial (similar).

Além disso, o último desses critérios diz respeito à saúde pública e ao caráter de essencialidade dos medicamentos, conforme citado na introdução, medicamentos essenciais são indispensáveis e imprescindíveis e devem ser acessíveis à toda população.

Por fim, os medicamentos podem ainda ser diferenciados quanto à sua forma de apresentação (líquidos, injetáveis, comprimidos, cápsulas, pó, pomadas), quanto ao grupo farmacológico e quanto à sua classificação terapêutica anatômica.

A partir daqui será definido como se organiza a indústria farmacêutica. Essa é uma indústria caracterizada por ser um oligopólio diferenciado, sendo fortemente internacionalizada, com as maiores empresas atuando em escala mundial e presente em praticamente todos os mercados. Os EUA e a Europa são os responsáveis pela maior concentração da produção de fármacos, porém países como Índia e a China vem se destacando nos últimos anos. Ao contrário da produção de fármacos, a produção de medicamentos normalmente ocorre à nível local, indicando que a proximidade dos mercados é um fator importante para a produção de medicamentos.

“Em relação à integração vertical para trás e para frente na cadeia produtiva, observa-se que, nos países mais desenvolvidos, as empresas estão integradas com a produção dos fármacos e, nos países em desenvolvimento, a integração se dá através da importação de fármacos da matriz” (Hasenclever et al., 2010, p. 65).

A indústria farmacêutica, considerada como intensiva em tecnologia, exige alto grau de qualificação de seus empregados, implicando em elevados níveis salariais, sendo talvez o motivo responsável pelo emprego de uma parcela relativamente pequena de mão de obra quando comparado à parcela de empregos na indústria de transformação como um todo.

Médicos e outros profissionais da área da saúde são responsáveis por influenciar a decisão dos pacientes na hora de realizar a compra de medicamentos. O médico é, na maioria das vezes, o responsável pela determinação do tratamento que irá ser aplicado e a sua frequência de uso, principalmente nos casos em que o medicamento requer receita médica para aquisição. O médico, apesar de indicar a compra, não é o responsável pelo desembolso monetário. Daí surge o problema quanto ao baixo grau de informação do paciente sobre como proceder de forma alternativa ao tratamento da doença.

O acesso e a distribuição dos medicamentos ocorrem de forma diferente entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Para estes últimos, a concentração de renda, as disparidades sociais e a reduzida cobertura de programas públicos de assistência farmacêutica refletem um sistema de financiamento predominantemente privado de desembolso direto, o que permite maior acesso apenas para as camadas sociais de maior poder aquisitivo.

Nos países desenvolvidos, os medicamentos mais prescritos são os destinados ao combate de males no sistema nervoso, sistema cardiovascular e sistema respiratório. Enquanto que, nos países em desenvolvimento, as doenças mais comuns são as parasitárias (malária, disenteria, lepra, tuberculose...).

Segundo Hasenclever *et al.* (2010, p. 60),

“Em alguns países, o fato de o sistema público de saúde fornecer os medicamentos ou praticar alguma forma de reembolso, ou de existirem organizações privadas que compartilham as despesas com medicamentos com seus segurados, mas que realizam a compra como um único grande comprador, dá origem a formação de grandes monopólios.”

É comum que isto ocorra em países desenvolvidos, enquanto que nos países em desenvolvimento predominam sistemas de financiamento e distribuição privados, nos quais as despesas com medicamentos são realizadas por desembolso direto, levando à baixo poder de barganha entre consumidores e produtores e isso ocorrerá sempre que o governo não tiver a intenção de intervir.

O nível e a distribuição de renda são determinantes para o consumo de medicamentos, uma maior e melhor distribuição de renda podem levar a um aumento da quantidade consumida de medicamentos. Além disso, características sazonais, tais como epidemias e outros fatores relativos às condições de saúde, podem ser responsáveis por afetar o consumo de medicamentos.

Conforme consta em Câmara (1993 *apud* Hasenclever *et al.*, 2010, p. 56), a indústria farmacêutica apresenta elevado potencial de crescimento dado a disseminação do consumo de medicamentos, mudanças nos hábitos da sociedade, emergência de novas doenças e retorno de outras e o aumento da expectativa de vida. Esses são alguns dos fatores que implicam na elevação das vendas, aumentando taxas de rentabilidade e crescimento do setor farmacêutico.

O segmento de medicamentos éticos (vendidos sob prescrição) é o responsável pelo maior faturamento do setor farmacêutico. Enquanto que, o segmento de medicamentos genéricos, que inicialmente era caracterizado por empresas de pequeno e médio porte, tem sido modificado com a entrada de grandes empresas no mercado com linhas próprias de genéricos ou por meio de aquisições ou alianças, conforme enunciado em CBO (1998 *apud* Hasenclever *et al.*, 2010, p. 61).

A substituição de medicamentos de referência pelos genéricos tem sido fortemente estimulada por alguns governos, visto que o mercado de medicamentos genéricos tem alto potencial para reduzir os preços dos medicamentos e que os gastos com saúde no orçamento tem se elevado, em parte pelo aumento dos custos com medicamentos.

Apesar da indústria farmacêutica não produzir em larga escala, as economias de escala são ainda assim importantes para esta indústria, pois o porte da empresa é capaz de favorecer a capacidade de investimento em P&D ou ainda, ser vantajoso para a divulgação dos produtos, através de propaganda e *marketing*, investimentos esses que exigem elevado custo fixo.

Já as economias de escopo são de grande relevância para o mercado farmacêutico, pois essas empresas normalmente atuam como empresas multiprodutos. Com as economias de escopo é possível compensar os ganhos que tais empresas não são capazes de obter com as economias de escala, pois utilizam os mesmos equipamentos fixos para a produção de uma gama variada de produtos.

Quando os níveis de incerteza e risco das atividades inovativas são muito elevados, como parece ser o caso da indústria farmacêutica, isto contribui para a ampliação das barreiras à entrada. *“As barreiras à entrada decorrentes da estratégia de diferenciação das empresas farmacêuticas são fortemente influenciadas pelas atividades de P&D, visando à busca de patentes, mas também pelas atividades de marketing e de propaganda”* (Hasenclever *et al.*, 2010, p. 64).

As vantagens proporcionadas pelo investimento em P&D e em *marketing* duram apenas por um período temporário, sendo assim, necessitam ser permanentemente renovadas para continuar a garantir um poder de mercado e lucros extraordinários. Os rigorosos critérios de controle de qualidade sobre a estocagem, a distribuição dos produtos e os custos de treinamento e capacitação, formam a base dos altos custos em que incorrem as empresas farmacêuticas.

A comercialização dos medicamentos, de forma geral, pode ser realizada ou por meio de uma rede de distribuição própria ou por distribuidores terceirizados que ficam responsáveis por fazerem os produtos chegarem às cadeias de farmácias, à rede varejista, aos hospitais e às clínicas.

“A conduta das empresas em relação à linha de produtos produzidos, desenvolvidos e/ou comercializados, além de repousar sobre sua linha própria, tem sido de significativos aumentos dos acordos de co-promoção e licenciamento de medicamentos. Observa-se também que essa conduta está fortemente relacionada ao posicionamento da empresa em relação ao mercado em que atua e se realiza produção localmente ou não” (Hasenclever *et al.*, 2010, p. 71).

Dado o fato das atividades de P&D oferecerem altos riscos, as empresas tem buscado métodos capazes de as auxiliarem à fortalecer suas posições no mercado, muitas das vezes o fazem através da busca por complementariedade e sinergias, que terminam em processos de fusão e aquisição. Essas estratégias são realizadas com o objetivo de que as empresas possam aproveitar as economias de escopo e mudanças tecnológicas disponíveis.

É notável que o setor farmacêutico está entre os setores industriais mais dinâmicos e de bom desempenho em termos de faturamento e de margem de lucro quando comparado a outros segmentos. Dentre os fatores que contribuem para esse bom desempenho, estão o aumento de gastos em medicamentos, que se dá de forma diretamente proporcional ao aumento da renda ou ainda, quanto aos avanços tecnológicos que proporcionam novos produtos capazes de serem protegidos por patentes, apresentando preços mais elevados e com isso, aumento dos gastos com medicamentos.

É sobre o argumento da existência de falhas de mercado que se verifica a necessidade de regulação por parte do Estado, o objetivo é que essa regulação seja capaz de diminuir os efeitos negativos derivados das falhas de mercado sobre o bem-estar da população. A regulação neste mercado se dá por motivos sanitários, mas também por motivos de desempenho econômico. Em relação a este último objetivo, foco desta monografia, a regulação tem como objetivo principal melhorar o acesso da população aos medicamentos. Nos países menos desenvolvidos, a população é, em sua maioria, excluída do mercado farmacêutico devido à concentração do consumo em algumas regiões e da concentração do nível de renda.

Neste sentido, a regulação dos mercados farmacêuticos visa, pelo lado da oferta, minorar os problemas decorrentes do funcionamento do mercado, atuando sobre a redução dos preços e pelo lado da demanda, fortalecer o poder de barganha do consumidor. Como funções essenciais do Estado para com os mercados farmacêuticos, têm-se a política nacional

de medicamentos, regulação de medicamentos, padrões profissionais, acesso a medicamentos essenciais e o uso racional de medicamentos.

1.2.2: MERCADO FARMACÊUTICO BRASILEIRO

Ao analisarem o mercado farmacêutico brasileiro, Fardelone e Branchi (2006), observaram a peculiaridade do baixo preço médio no Brasil, devido ao baixo custo de fabricação neste setor, indicando possibilidade de eficiência na produção brasileira. Já ao analisarem a eficiência em relação ao preço para o consumidor, verificou-se que esta é reduzida. A possível causa de preços elevados ao consumidor na presença de custos reduzidos pode ser a concentração do consumo de medicamentos nos grupos da população que possuem maior poder aquisitivo e a péssima distribuição de renda brasileira.

Alguns acontecimentos históricos são importantes para entender os resultados alcançados pelo setor farmacêutico brasileiro. Segundo esses autores, por exemplo, com a política comercial adotada pelo Brasil a partir de 1989, houve redução generalizada de alíquotas de importação para diferentes fases produtivas. No ano de 1994, houve a liberação do controle de preços e em 1997, ocorreu a implantação de uma nova legislação de patentes no país.

Estes mesmos autores ao analisarem o comércio exterior brasileiro, verificaram a baixa participação do setor farmacêutico. Com a estabilidade monetária conquistada nos anos 1990, o mercado farmacêutico foi capaz de aumentar as importações, dada a taxa de câmbio sobrevalorizada, implicando numa substituição do produto nacional pelo importado, o que desestimulou os investimentos nacionais e acentuou a dependência externa do setor.

Essas foram algumas das medidas que levaram à redução de preço dos medicamentos, além da maior oferta por causa das importações, da ampliação da concorrência nas etapas produtivas e diminuição da alíquota de impostos dos produtos acabados, como também o aumento da competição e eliminação do controle de preços. Esses fatores podem ter constituído desincentivos à indústria nacional, e devido a isso, as empresas locais passaram a se dedicar menos a investir na produção de fármacos localmente.

Em 1999, foi adotada a política de medicamentos genéricos, que será estudada mais detalhadamente no decorrer deste trabalho, buscando reprimir a intensidade do aumento dos preços e estimular a demanda. Essa política tinha como objetivo facilitar o acesso aos

medicamentos por uma parcela maior da população via redução de preço. O que de fato veio a ocorrer, dado que o preço de medicamentos genéricos é inferior aos de referência e por ter sido capaz de aumentar a concorrência entre produtores.

De fato, essa política poderia ainda reduzir a importância das empresas transnacionais na indústria farmacêutica brasileira, levando a uma menor dependência externa nesse setor. No trabalho de Fardelone e Branchi (2006), demonstrou-se que há evidências estatísticas de uma correlação positiva entre a introdução dos genéricos e a taxa de crescimento das quantidades vendidas. As empresas nacionais passaram então a dominar uma parcela significativa do mercado de medicamentos genéricos, com a presença de empresas farmacêuticas brasileiras de genéricos, inclusive no mercado mundial.

Ainda sobre o trabalho de Fardelone e Branchi (2006), a maior parte das especialidades farmacêuticas comercializadas no Brasil é de produtos com patentes extintas. De forma que, os fármacos referentes a esses medicamentos poderiam ser produzidos no Brasil, evitando-se importações. Porém, a complexidade dos processos de produção e os padrões técnicos rígidos de fabricação de fármacos eram fatores que dificultavam o desenvolvimento dessa indústria no país. O Brasil, apesar de ser dotado de um parque industrial bastante significativo, perde espaço perante países como a Índia e a China, que criaram políticas para incentivar as suas indústrias.

Existem alguns fatores que podem limitar o desenvolvimento do setor farmacêutico, tais como a dificuldade de acesso aos incentivos à inovação, o elevado custo de financiamento e a ausência de uma política industrial de Estado. Como determinantes dos altos custos de financiamento de investimentos e de capital de giro, estão a elevada carga tributária e as altas taxas de juros, que inviabilizam os negócios dado o reduzido porte das empresas nacionais, conforme consta no trabalho de Fardelone e Branchi (2006).

Ainda segundo trabalho de Fardelone e Branchi (2006), e os dados utilizados pelos mesmos, a China foi o país que registrou a maior taxa de crescimento no período estudado por eles, porém obteve participação relativamente pequena comparada ao mercado mundial. Devido a isso, alguns laboratórios ampliaram sua presença na China, mesmo com problemas quanto ao reconhecimento de patentes. Enquanto a China obteve bons resultados, os países da América Latina apresentaram uma baixa taxa de crescimento, entre os anos de 2003 e 2004, dado as dificuldades econômicas que esses países enfrentaram.

O governo dos EUA, por exemplo, atuava intervindo com políticas protecionistas, fortes incentivos ao desenvolvimento tecnológico e à acumulação de capital privado, além de conceder preferência aos produtores locais (*Buy American Act*) e subsídios ao desenvolvimento tecnológico. No Japão, o Estado incentivava atividades de P&D, dentre suas metas estavam a busca de novos produtos com alto valor agregado e sua política industrial visava proteger a indústria local e desenvolver estratégias através da concessão de subsídios para P&D, isenções fiscais, entre outros.

Ainda segundo os autores, a política industrial francesa era integrada, com o Estado sinalizando claramente para o setor privado quais as áreas que priorizava e intervindo de forma direta na sua implantação, de forma que havia grande interação entre empresa pública e privada. Além disso, o governo francês subsidiava a exportação de produtos e protegia a indústria doméstica, concedendo subsídios em financiamento.

Por fim, ao analisarem a política industrial brasileira perante as demais, Fardelone e Branchi (2006) verificaram a necessidade de que o Brasil tivesse uma política industrial mais ativa e menos sujeita às pressões setoriais. De modo a tornar a empresa nacional mais competitiva, disponibilizando recursos capazes de financiar a inovação tecnológica.

CAPÍTULO II: EVOLUÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS GENÉRICOS NO BRASIL

Segundo definição da Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos (PróGenéricos), *“Os medicamentos genéricos são cópias de medicamentos inovadores cujas patentes já expiraram.”* A produção de medicamentos genéricos exige que rigorosos padrões de controle de qualidade sejam realizados, esses medicamentos necessitam passar por testes de bioequivalência¹ realizados em seres humanos e equivalência farmacêutica² para que só então cheguem ao consumidor.

Esses testes servem como garantia de que os medicamentos genéricos terão o mesmo grau de eficácia, qualidade e segurança dos medicamentos de referência. Os testes de bioequivalência garantem que esses medicamentos serão absorvidos na mesma concentração e velocidade que os medicamentos de referência, enquanto que, a equivalência farmacêutica irá garantir que a composição do produto é idêntica ao do medicamento inovador que lhe deu origem. Só depois da realização desses testes é que medicamentos genéricos tem permissão para substituírem os medicamentos de referência indicados nas prescrições médicas, ou seja, serem intercambiáveis.

A produção e comercialização dos medicamentos genéricos no Brasil foram instituídas em 1999, com a promulgação da Lei 9.787. Esta lei foi formulada objetivando o auxílio ao acesso a tratamentos medicamentosos no país e segue critérios técnicos semelhantes aos adotados por órgãos reguladores de países como Canadá (*Health Canadá*), EUA (*Food and Drug Administration*), além da União Européia (*European Medicines Evaluation Agency*), entre outros centros de referência de saúde pública no mundo.

¹ **Bioequivalência:** *“Os testes de bioequivalência exigidos para os genéricos são realizados em voluntários sadios e obedecem a três fases distintas: Clínica, administração do medicamento genérico e de referência em períodos distintos, com a coleta de amostras de sangue ou urina em tempos determinados”* (PróGenéricos, 2016).

² **Equivalência Farmacêutica:** *“Os testes de equivalência farmacêutica, por sua vez, comprovam que os genéricos possuem os mesmos fármacos, na mesma dosagem e forma farmacêutica encontradas nos medicamentos de referência, além de cumprirem com as mesmas especificações físicas e físico-químicas relativas ao controle de qualidade”* (PróGenéricos, 2016).

Ficou instituído a partir dessa lei que os preços dos medicamentos genéricos deveriam ser no mínimo 35% menores que os dos medicamentos de referência³ a que equivalem. Os genéricos passaram a ser então um poderoso instrumento de ampliação do acesso a medicamentos no Brasil, permitindo aos consumidores darem continuidade a seus tratamentos de forma econômica, segura e eficaz. Para serem reconhecidos pelos consumidores, os genéricos exibem uma tarja amarela com G azul nas embalagens, além da inscrição com o nome ‘Genéricos’ e o número referente à Lei 9.787/99 que os inseriu no mercado.

Para o funcionamento das empresas de medicamentos genéricos, é necessário que estas obtenham junto à Anvisa o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF). Este documento é concedido após inspeção e assegura ainda que o produto não apresentará diferenças entre lotes, tendo a mesma qualidade que tinha quando na ocasião do registro como genérico, garantindo a intercambialidade.

Outros programas que trabalham garantindo a qualidade dos medicamentos genéricos são o Programa Nacional de Verificação da Qualidade dos Medicamentos (PROVEME), instituído pela Anvisa e outras ferramentas de controle de qualidade e segurança, como o Sistema de Informações de Acidentes de Consumo (SIAC), criado pelo Ministério da Justiça e pelo Ministério da Saúde.

II.1: UMA BREVE PERSPECTIVA

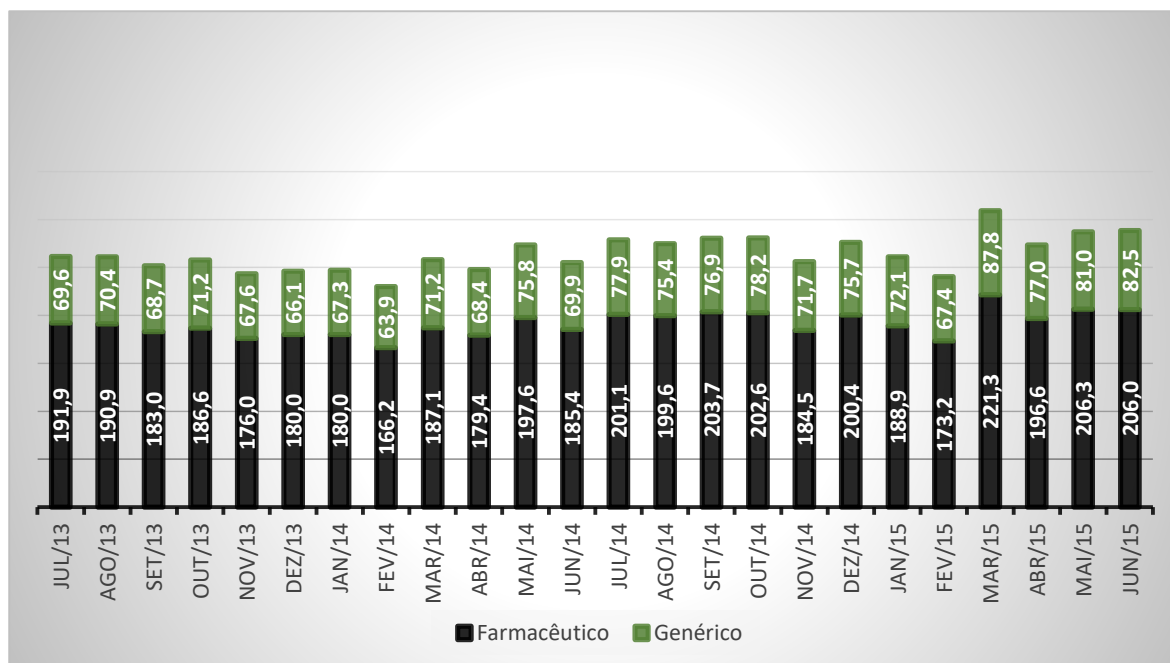
Segundo dados disponibilizados no site da PróGenéricos⁴, referente aos números dos medicamentos genéricos dentro do mercado brasileiro, verificou-se que, tanto em relação à quantidade quanto à valor monetário, não houve um crescimento do setor farmacêutico como

³ **Medicamentos de referência:** “É um produto inovador, registrado no órgão federal responsável pela vigilância sanitária e comercializado no País cuja eficácia, segurança e qualidade foram comprovadas cientificamente junto ao órgão federal competente por ocasião do registro, conforme a definição do inciso XXII, artigo 3º, da Lei n. 6.360, de 1976 (com redação dada pela Lei nº 9.787 de 10 de fevereiro de 1999). A empresa interessada em registrar medicamentos genéricos e/ou similares deverá utilizar obrigatoriamente o medicamento de referência constante nas listas vigentes disponíveis nesta página (lista A e lista B) de acordo com os requisitos específicos da RDC 35 de 15/06/2012, que dispõe sobre os critérios de indicação, inclusão e exclusão de medicamentos na Lista de Medicamentos de Referência” (Anvisa, 2016).

⁴ A Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos (PróGenéricos), foi fundada em janeiro de 2001, e é a entidade setorial que congrega os principais laboratórios que atuam na produção e comercialização de medicamentos genéricos no país. É uma organização sem fins lucrativos e que tem como missão contribuir para a melhoria das condições de acesso a medicamentos no Brasil através da consolidação e ampliação do mercado de genéricos. A atual presidente executiva da PróGenéricos é Telma Salles e entre as empresas associadas estão a Biosintética, a Eurofarma, a Hypermarcas, a Medley, a Nova Química, a EMS, a Geolab, a Merck, entre outras (PróGenéricos, 2016).

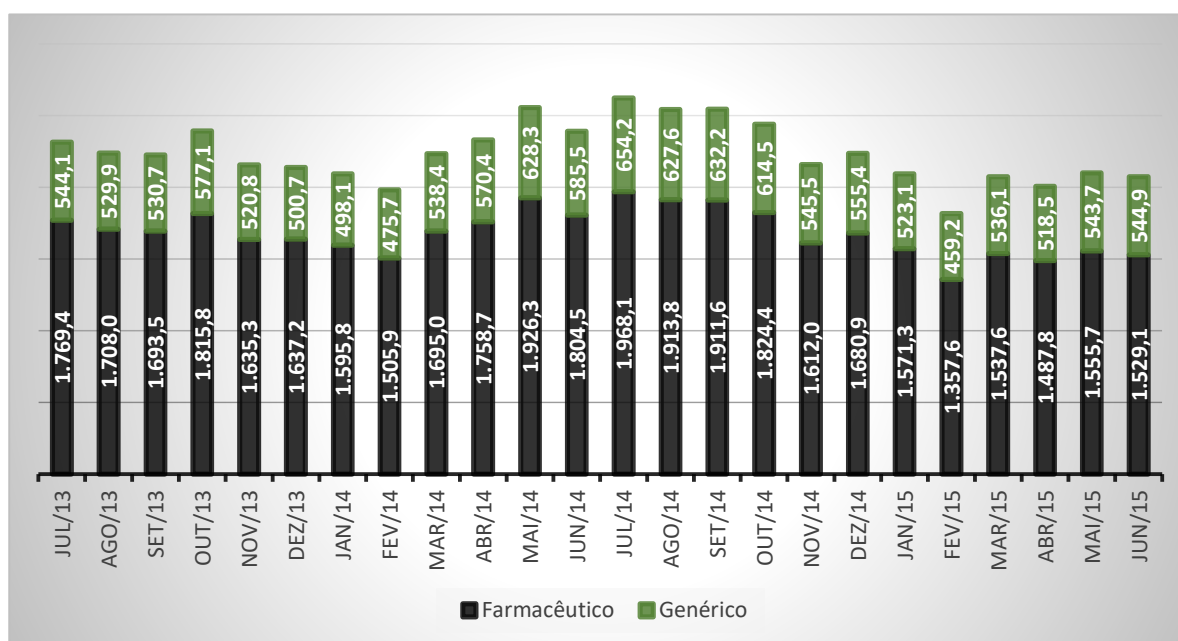
um todo nos últimos três anos. Desde 2013, houve uma estagnação no crescimento, em parte refletindo a situação econômica do país (ver Gráficos 1 e 2).

Gráfico 1: Total de mercado (Farmacêutico/Genérico) em unidades (Milhões)



Fonte: PróGenéricos

Gráfico 2: Total de mercado (Farmacêutico/Genérico) em dólares (Milhões)



Fonte: PróGenéricos

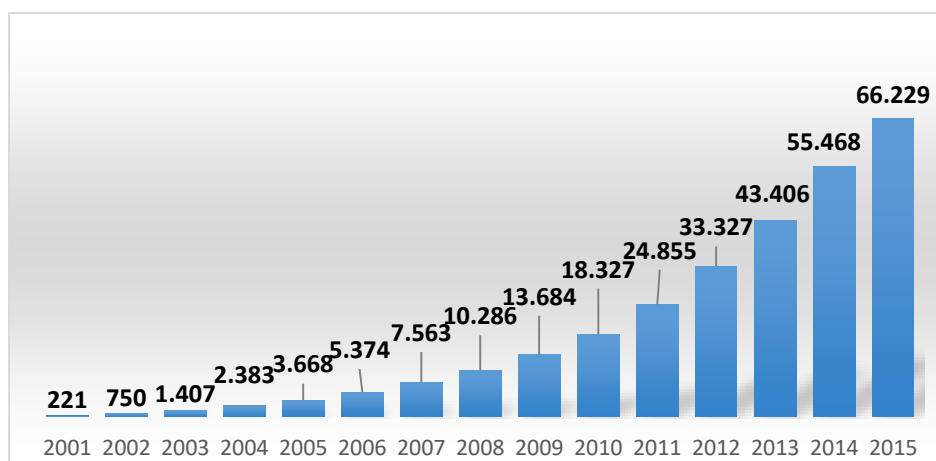
Já com relação aos medicamentos genéricos, conforme os Gráficos 1 e 2, observa-se a conquista de um espaço representativo dentro do mercado farmacêutico, assim como uma certa estabilidade, mostrando que não houve uma grande variação na quantidade vendida de medicamentos nos últimos 3 anos. No Gráfico 1, verificou-se um aumento maior nas taxas de crescimento da quantidade vendida (em unidades) para o mercado como um todo no ano de 2015. Em relação a valores (Gráfico 2), o ano de 2014, apresentou taxas de crescimento mais altas que em relação a 2013 e 2015, como os valores estão apresentados em dólares, parte deste resultado deve se dar por causa da variação na taxa de câmbio e a desvalorização ocorrida nos últimos anos.

Ainda a partir dos dados disponibilizados no site da PróGenéricos, verifica-se que um total de 85% dos medicamentos que fazem parte do Programa Farmácia Popular⁵ são genéricos e que 79% da população brasileira afirma já ter comprado medicamentos genéricos. Apesar dos incentivos ao setor de medicamentos genéricos, verifica-se que tais medicamentos representam apenas 30% dos medicamentos vendidos (em unidades) no país, esse número reduzido deve, em parte, ter relação com o fato de que apenas 30% dos medicamentos prescritos no Brasil são genéricos. As empresas associadas da PróGenéricos concentram aproximadamente 90% das vendas do segmento de genéricos no país.

Como apresentado no Gráfico 3, disponibilizado no site da PróGenéricos, verifica-se que o valor economizado pelos consumidores de medicamentos genéricos tem crescido surpreendentemente, alcançando em 2015 o nível recorde de R\$ 66 bilhões de reais economizados no acumulado. Isso é de grande importância, pois demonstra que mais consumidores tem se beneficiado com a redução de preço proporcionada pelos genéricos.

⁵ **Programa Farmácia Popular:** “é uma iniciativa do Governo Federal que cumpre uma das principais diretrizes da Política Nacional de Assistência Farmacêutica. Foi implantado por meio da Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004, que autoriza a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) a disponibilizar medicamentos mediante ressarcimento” (Portal da saúde, 2016).

Gráfico 3: Valor economizado no acumulado pela população



Fonte: PróGenéricos

Como visto, pela política de medicamentos genéricos, estes medicamentos devem ser ao menos 35% mais baratos que os medicamentos de referência, porém os genéricos chegam a ser, em média, 60% mais baratos que os medicamentos de referência nas farmácias, e com isso, pessoas com menor poder aquisitivo estão tendo mais acesso a medicamentos de qualidade, melhorando a qualidade de vida no país, conforme consta no site da PróGenéricos.

Segundo análise do mercado de medicamentos genéricos realizada pela PróGenéricos, no Brasil existem 110 fabricantes de genéricos, responsáveis por mais de 3,6 mil registros de medicamentos dos quais derivam mais de 21,7 mil apresentações comerciais. O faturamento do setor que se aproximou dos 5,7 bilhões de reais em 2015, deve crescer mais de 10% neste ano, puxando o crescimento das vendas de todo o restante da indústria farmacêutica brasileira, que crescerá aproximadamente 8% em valores (PróGenéricos, 2016).

Ainda segundo análise da PróGenéricos, entre as 10 maiores empresas farmacêuticas instaladas no país, 8 possuem linha de fabricação de medicamentos genéricos. Os genéricos ainda proporcionaram grandes avanços para a indústria farmacêutica brasileira, sendo demandados investimentos superiores a 1,5 bilhão de reais nos últimos 10 anos para ampliação e construção de unidades fabris.

No Brasil, como visto, os genéricos correspondem a 30% das vendas em unidades do mercado farmacêutico, enquanto que, em países como Espanha, França, Alemanha e Reino Unido, nos quais esse mercado já está mais consolidado, a participação desses medicamentos é de 31%, 42%, 66% e 60%, respectivamente. E nos EUA, em que os genéricos têm mais de

20 anos de existência, esses medicamentos dominam aproximadamente 80% do mercado (ver Quadro 1).

Os medicamentos genéricos disponíveis no mercado brasileiro já oferecem tratamento para doenças do sistema cardio circulatório, anti infecciosos, aparelho digestivo/metabolismo, sistema nervoso central, antiinflamatórios hormonais e não hormonais, dermatológicos, doenças respiratórias, sistema urinário/sexual, oftalmológicos, antitrombose, anemia, anti helmínticos/parasitários, oncológicos e contraceptivos, conforme enunciado no site da PróGenéricos.

Segundo dados da PróGenéricos, o mercado mundial de medicamentos genéricos cresce aproximadamente 10,8% ao ano e movimenta entre US\$150 e US\$200 bilhões. Os Estados Unidos são destaque no mercado mundial, com vendas de genéricos da ordem de US\$ 56 bilhões. Os genéricos correspondem a 60% das prescrições nos EUA e custam de 30% a 80% menos que os medicamentos de referência. De acordo com a Associação Americana de Medicamentos Genéricos (GPhA), os consumidores norte-americanos economizaram na última década um acumulado de 1,46 trilhão de dólares.

Quadro 1: Participação dos genéricos no mercado farmacêutico em vários países (% em valor e em unidades).

País	% em valor	% em unidades
Estados Unidos	21	80
Alemanha	19	66
Reino Unido	23	60
Canadá	22	45
França	18	42
Espanha	13	31

Fonte: IMS HEALTH, dez,11

Como visto, os genéricos respondem por 85% dos produtos dispensados pelo Programa Farmácia Popular, sendo assim o principal instrumento de saúde pública no acesso a medicamentos no país. Devido a isso, o consumo de centenas de substâncias essenciais à manutenção da saúde, em sua maioria destinadas ao controle de doenças crônicas, ampliou-se significativamente nos últimos anos. Mercados de substâncias como o Atenolol e a Sinvastatina cresceram mais de 200% no país.

II.2: RETROSPECTIVA DO SEGMENTO DE GENÉRICOS A PARTIR DA COBERTURA DA IMPRENSA

Através da coleta de informações e análise de dados de reportagens, buscar-se-á compreender nesta seção de que forma os medicamentos genéricos foram conquistando mercado no país após a Lei 9.787 entrar em vigor. Nas referências bibliográficas as reportagens consultadas estão todas referenciadas.

Em reportagem publicada no site Globo.com, de dezembro de 2000, verificava-se que havia tido um aumento de 60% na venda de medicamentos genéricos, entre os meses de junho e outubro de tal ano, os dados foram repassados pelo Ministério da Saúde. De forma que, pouco tempo após a Lei dos Genéricos entrar em vigor, estes medicamentos já estavam a conquistar espaço nas prateleiras das farmácias. Neste mesmo ano, havia 179 medicamentos genéricos registrados, enquanto apenas 97 destes estavam à venda.

De fato, dada uma maior variedade destes medicamentos nas farmácias, mais consumidores passariam a tê-los como opção ao efetuarem suas compras. No mês de junho, havia sido vendidos 2 milhões de medicamentos, enquanto em outubro, passaram a ser 3,2 milhões.

Em abril de 2007, foi publicada uma reportagem no site Globo.com em que os medicamentos genéricos continuavam a ganhar espaço sete anos após a sua implantação no mercado brasileiro. Quando comparado aos primeiros três meses de 2006, houve um aumento nas vendas de genéricos de 40,9% no mesmo período de 2007. Enquanto que as vendas totais de medicamentos cresceram 4,3%, para o mesmo período de comparação, dados do IMS *Health*.

Na reportagem, além dos dados verificados, o vice-presidente da PróGenéricos na época, Odnir Finotti, acreditava que os genéricos continuariam a repetir o excelente desempenho de 2006 em 2007, pois para ele o setor estava vivenciando um cenário muito favorável no país. Foi verificada uma ampliação na participação dos genéricos na indústria, entre janeiro e março de 2006, a participação era de 9,6%, e em 2007, esta saltou para 11,7%.

O bom desempenho do setor se deveu à forte penetração de genéricos no mercado de medicamentos de uso contínuo, principalmente os de tratamento de doenças crônicas, que na época representavam 48,3% das vendas. Finotti acreditava ainda que, o segmento de

medicamentos genéricos estava a caminho de conquistar a liderança em todos os mercados de substâncias destinadas ao controle de doenças crônicas.

Após dez anos da promulgação da Lei 9.787 em 1999, os medicamentos genéricos representavam apenas 18% do mercado farmacêutico no País em unidades vendidas, de acordo com os dados apresentados pelas indústrias, segundo informações publicadas em 2009 pelo jornal O Estado de S. Paulo. A meta inicial do Ministério da Saúde era alcançar um terço do mercado até 2012, mas nessa reportagem havia uma perspectiva desta meta não vir a se realizar por causa de dificuldades, tais como o fim da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Para os especialistas, em 2009, tal como publicado na reportagem, havia expectativa de que o mercado de medicamentos genéricos continuasse a crescer, pois havia espaço para esse crescimento. Os preços dos genéricos equivaliam na época, à aproximadamente metade do valor dos medicamentos de marca e só poderiam cair mais caso houvesse ampliação da concorrência.

Ainda no ano de 2009, Elisa Campos publicou na Época Negócios, reportagem que também avaliava o crescimento do mercado de medicamentos genéricos no país. Entre os dados apresentados por ela, tinha-se conhecimento de investimentos previstos para o segmento chegarem a R\$ 354 milhões, entre junho de 2007 a 2010. Prevvia-se ainda que, nos dois anos seguintes, três medicamentos campeões de venda (Viagra, Diovan e Liptor) teriam suas patentes expiradas, o que permitiria a produção de genéricos para esses produtos.

Estes três medicamentos juntos representavam um mercado potencial de R\$ 500 milhões por ano. Além deles, haviam outros 14 medicamentos cujas patentes expirariam até 2011, o que elevaria o potencial de ganho para R\$ 750 milhões. Segundo Odnir Finotti, presidente da PróGenéricos quando foi feita a reportagem, a expectativa era de que os genéricos atingissem 35% do mercado nacional nos dez anos seguintes, caso o ganho de participação continuasse a aumentar em 2% a cada ano.

Com o mercado farmacêutico atingindo um desempenho acima da média do mercado, era justificável as cifras milionárias em investimento. No ano de 2008, enquanto as vendas de genéricos subiram 18,9%, alcançando US\$ 2 bilhões, o resto da indústria teve desempenho mais modesto, crescendo apenas 6,85%. De 2004 até 2009, a expansão dos genéricos foi quatro vezes superior ao total do setor farmacêutico. *“Os genéricos transformaram o*

panorama da indústria de medicamentos no Brasil. Quem decidiu investir neles desde o início cresceu muito acima da média do mercado”, disse Finotti.

Em 2009, quatro dentre as dez maiores fabricantes farmacêuticas do Brasil produziam genéricos: EMS (1ª), Aché (3ª), Medley (4ª) e Eurofarma (6ª). Os medicamentos genéricos foram fundamentais para que essas empresas conquistassem uma boa posição no ranking. Em 1999, quando os genéricos foram lançados, a EMS, ocupava a 29ª posição no ranking, a Medley, a 32ª, e a Eurofarma, a 28ª. Em países como Alemanha (60%), Dinamarca (83%), Estados Unidos (60%) e Inglaterra (60%), os medicamentos genéricos já representavam mais de metade do mercado, ainda segundo informações de Elisa Campos na reportagem de 2009 para a Época Negócios.

A maior vantagem dos medicamentos genéricos está relacionada ao preço. Por lei, como visto, os genéricos têm que ser pelo menos 35% mais barato do que os de referência. Porém, a PróGenéricos alegava que, estes já chegavam a ser, em média, 50% mais barato. Além disso, os genéricos atuavam ainda como regulador de mercado, aumentando a concorrência e levando à redução do preço dos medicamentos de marca. Em levantamento feito pela PróGenéricos os medicamentos de referência chegavam a ficar até 60% mais baratos desde o lançamento do primeiro genérico de sua marca. Desde a regulamentação em 1999 até 2009, foram registradas 14.376 apresentações dos medicamentos, 2.609 registros e 337 princípios ativos. De acordo com o mercado, os genéricos já podiam ser usados para o tratamento de 90% das principais doenças existentes.

Em reportagem de 2010, segundo informações do jornal O Estado de S. Paulo, a indústria de medicamentos genéricos obteve um crescimento de 19% do total de unidades vendidas em 2009 em relação ao ano anterior, além de um incremento de 24% no valor das vendas, que somaram R\$ 3,6 bilhões. O aumento das unidades de genéricos comercializadas foi 2,3 vezes maior que a média do setor farmacêutico em 2009. Porém, esse percentual ainda estava longe da meta do programa ‘Mais Saúde’, que estimou que os genéricos deveriam abocanhar 30% do mercado até 2012.

Em reportagem do Valor OnLine em 2010, verificou-se o maior crescimento semestral registrado pelo setor de medicamentos genéricos desde 2003 ao crescer 34,1% em volume, frente ao mesmo período de 2009. De acordo com levantamento da PróGenéricos, foram comercializadas no período 200 milhões de unidades, contra 149,4 milhões nos seis primeiros meses de 2009, o que gerou vendas de R\$ 2,8 bilhões, alta de 38,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. A

participação de mercado dos genéricos nesse período avançou e fechou o primeiro semestre de 2010 com 20,5% de *market share* (em unidades).

De acordo com o Odnir Finotti, o crescimento das vendas refletia o bom momento econômico que levaria o setor a fechar o ano com crescimento superior a 30%, acima dos 20% e 25% que havia sido previstos no início do ano de 2010. De acordo com a PróGenéricos, desde 2001, os consumidores brasileiros já haviam economizado cerca de R\$ 15 bilhões por substituição de medicamentos de referência pelos genéricos, que custavam, em média, 50% menos que os de referência.

Em reportagem de Téo Takar, para o Valor Online, ainda sobre o ano de 2010, as vendas de medicamentos genéricos somaram R\$ 1,686 bilhão no terceiro trimestre de 2010, um crescimento de 36% frente a igual período do ano anterior. No acumulado do ano, as vendas do segmento atingiram R\$ 4,4 bilhões, alta de 37,3% em comparação aos nove primeiros meses de 2009. Em termos de volume, as vendas avançaram 32% no trimestre, para 117,9 milhões de unidades, que havia sido o maior crescimento registrado pelo setor nos últimos 4 anos. No acumulado do ano, o volume já havia aumentado 33,4%, com 318,5 milhões de unidades comercializadas, contra 238,8 milhões em igual período do ano anterior.

Odnir Finotti, afirmou na época que o crescimento econômico e o aumento da renda da população foram fatores que favoreceram o mercado de genéricos. *“A população, que teve seu poder de compra ampliado significativamente, vem optando pelo genérico, que é mais barato, tem qualidade e confiável”*, declarou Finotti.

Para Finotti, este segmento na época era o motor da indústria farmacêutica brasileira. *“Nos últimos anos, o crescimento do setor acontece graças ao mercado de genéricos. Deixamos de ter uma fatia simbólica do mercado e devemos alcançar em breve 25%. Estamos alcançando patamares de países desenvolvidos”*, concluiu. De acordo com a PróGenéricos, as empresas do segmento esperavam encerrar o ano com 24% do mercado.

Em reportagem do Valor OnLine, publicada em fevereiro de 2011, verificou-se que o mercado de medicamentos genéricos teve aumento de 33% em 2010 em comparação com o ano anterior, que correspondia ao melhor desempenho do setor desde 2002. *“Segundo dados da auditoria da IMS Health, divulgados pela PróGenéricos, foram comercializadas 444,3 milhões de unidades frente a 330,9 milhões em 2009. O crescimento da receita foi de 37% no período, de R\$*

4,5 bilhões para R\$ 6,2 bilhões.” A participação dos genéricos chegou a 21,3% do mercado farmacêutico brasileiro.

Segundo Finotti, *"Novos consumidores passaram a comprar medicamentos por conta do aumento da renda e os genéricos são a porta de entrada do mercado farmacêutico. Além disso, a entrada de drogas importantes no segmento também naturalmente amplia nosso mercado"*. Além de, considerar os programas sociais de saúde importantes para o crescimento, pois receitam, em sua maioria, medicamentos genéricos.

Em reportagem escrita por Stella Fontes para o Valor Online, acerca do ano de 2011, verificou-se um crescimento de 32,5% em volume no primeiro semestre, no mercado nacional de medicamentos genéricos, com 264 milhões de unidades comercializadas, segundo dados da PróGenéricos. Em termos de faturamento, no acumulado dos primeiros seis meses do ano, as vendas da indústria saltaram 39,2%, para R\$ 3,8 bilhões.

A PróGenéricos apontou que o *"aumento das disputas judiciais relacionadas às discussões sobre prazo de validade de patentes vem prejudicando o crescimento do setor e ampliação do acesso"*. Para a Associação, a indústria poderia ter mostrado crescimento em receitas maior, se não fosse o cenário de disputas comerciais e a insegurança gerada por essa situação. A entidade informou ainda que os genéricos encerraram o semestre com participação de mercado, em unidades, de 23,7%, três pontos percentuais acima do registrado nos seis primeiros meses do ano anterior.

Publicada em 2012, a reportagem do G1, o portal de notícias da Globo, verificou que os medicamentos genéricos alcançavam 25,4% de participação de mercado no primeiro trimestre de 2012. Esse havia sido o maior patamar já registrado desde 2001. No 1º trimestre de 2011, a participação tinha sido de 22,2%, e o setor fechou o ano com participação de 22,7% do mercado. Segundo dados da PróGenéricos, entre janeiro e março haviam sido comercializadas 152,8 milhões de unidades, representando um crescimento de 23,5% em relação aos 3 primeiros meses de 2011.

"Em valores, as vendas das indústrias do setor somaram R\$ 2,4 bilhões contra R\$ 1,772 bilhão aferidas no primeiro trimestre de 2011, uma alta de 35,4%. Em valor, os genéricos responderam por 21,4% de participação no mercado farmacêutico." Segundo os cálculos da associação, desde que os medicamentos chegaram ao mercado brasileiro, em 2001, a população já tinha economizado R\$ 26,7 bilhões em compras com medicamentos.

Ainda no ano de 2012, conforme publicado na *Época Negócios Online*, afirmava-se que os medicamentos genéricos representavam 25,95% do total de unidades de medicamentos vendidas no Brasil, segundo a consultoria *IMS Health*. Outro levantamento da consultoria, divulgado em junho, mostrou que os cinco primeiros meses do 2012 tiveram forte expansão, movimentando R\$ 4,2 bilhões.

Havia ainda a perspectiva de que houvesse um aumento na participação, entre 2012 e 2014, quando vários medicamentos teriam suas patentes expiradas. Só em 2012, expiravam patentes de medicamentos para enxaqueca, úlcera, malária e leucemia. Esperava-se que em 2015, a participação dos genéricos chegasse a 35%. O mercado de genéricos estava cada vez maior no ano a ano, quando comparado ao crescimento dos medicamentos comuns, devido à mudança de hábitos dos consumidores brasileiros, que passaram a adquirir a consciência de que não faz sentido pagar mais, quando podem fazer o mesmo tratamento gastando menos.

Já ao analisar o terceiro trimestre do ano de 2012, conforme publicado na *Época Negócios Online*, em novembro de 2012, a venda de medicamentos genéricos obteve alta de 16,6% em comparação com o mesmo período do ano anterior, o que representava a menor taxa de crescimento já registrada pelo setor, segundo análise da PróGenéricos. Apesar do crescimento ter sido menor, a participação de mercado dos genéricos havia crescido no terceiro trimestre de 2012.

Para a PróGenéricos, esses resultados indicavam que os genéricos acompanhavam a desaceleração da economia como um todo. O próprio mercado farmacêutico total também diminuiu o ritmo de crescimento no terceiro trimestre.

Em outra reportagem da *Época Negócios Online* de 2012, afirmava-se que devido ao crescimento do mercado de genéricos, a Associação Brasileira dos Distribuidores de Laboratórios Nacionais (Abradilan) previa que houvesse mais investimentos para o ano de 2012. Com ampliação dos centros de distribuição e qualificação da equipe para que melhorassem seu desempenho nas mais de 71 mil farmácias e drogarias existentes no País.

Em reportagem publicada pelo *Estadão* em 2012, segundo dados da Anvisa, o número de medicamentos genéricos registrados saltou de 1.562, em 2001, para 16.675, em 2010. Porém, Odnir Finotti, presidente da PróGenéricos na época, afirmava que esse número poderia ser maior, pois havia a demora de até 15 meses para o registro de novos produtos na Anvisa. De acordo com o executivo, entre 2001 e 2006 a Agência mantinha equipe exclusiva

para cuidar da licença de novos genéricos, porém, a partir de 2006, esses produtos passaram a entrar na fila junto com outros medicamentos. Finotti acreditava na necessidade de se priorizar os genéricos inéditos e que não possuíam outro genérico equivalente no mercado, pois assim se garantiria o acesso da população a tais medicamentos.

"Quem já comprava medicamentos passou a acreditar que não precisa pagar mais para ter remédios de qualidade. O genérico também representa a porta de entrada para quem não tinha condições de comprar medicamentos. Agora, as pessoas cuidam melhor da saúde", disse Finotti.

Já em reportagem do G1, o portal de notícias da Globo, em 2012, Telma Salles, afirmava que *"Nosso foco é a ampliação do acesso, especialmente nas regiões do país onde a participação da categoria [genéricos] é baixa"*. De modo que, segundo a PróGenéricos, os genéricos ainda não beneficiavam amplamente as populações das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte do país. *"A participação desses estados nas vendas do segmento é bem inferior à média nacional, o que demonstra que os consumidores ainda não se beneficiam dos principais atributos dos genéricos que são preço e qualidade"*, afirmou Telma.

No início de 2013, foi observado um queda no crescimento da venda de genéricos do ano de 2012, em reportagem da Época Negócios. A PróGenéricos verificou um ritmo mais desacelerado de crescimento dos genéricos para o ano de 2012, que indicava o menor crescimento desde 2001.

Ao comparar o volume de unidades de medicamentos genéricos vendidos, de 2011 para 2012, verificou-se aumento de 17%, chegando a 679,6 milhões, ante 580,8 milhões do ano anterior. Em valores, as vendas dos genéricos movimentaram R\$ 11,1 bilhões em 2012, um resultado 40,6% maior do que os R\$ 8,7 bilhões registrados em 2011, dados do IMS Health.

Telma Salles, presidente da PróGenéricos na época, acreditava que foi a redução de ritmo da economia brasileira que impactou o crescimento do setor em 2012, afirmando que, *"além disso, registramos menor número de patentes expiradas em 2012, um acentuado aumento nos custos de produção e fortes pressões por descontos no varejo"*.

Em julho de 2013, em reportagem publicada pelo G1, o portal de notícias da Globo, havia se observado um crescimento do volume de vendas de medicamentos genéricos de 16%

nos primeiros seis meses de 2013 em relação ao mesmo período de 2012, com base nos dados do IMS *Health*. Ainda de acordo com a pesquisa, foram vendidos 373,2 milhões de unidades contra 321,3 milhões nos seis primeiros meses de 2012. As vendas atingiram R\$ 6,3 bilhões, contra R\$ 5,1 bilhões em igual período do ano anterior, o que constituía uma alta de 23,5%.

A PróGenéricos acreditava que os genéricos alcançariam de 35% a 40% de participação nas vendas do mercado brasileiro até 2020, mesmo com a adequação dos similares que, a partir de 2014, completariam o ciclo gradual de renovação de registro, sendo obrigados a passar pelos mesmos testes de bioequivalência e biodisponibilidade farmacêutica. Além disso, eram os medicamentos de uso crônico que continuavam alavancando as vendas do setor, genéricos para hipertensão, controle do colesterol e diabetes estavam entre os mais vendidos.

Desde 2001, os genéricos já haviam gerado uma economia de R\$ 38 bilhões aos consumidores brasileiros e seus preços eram em média 60% mais baratos que os dos medicamentos de referência, de modo a atuarem como reguladores de preços e demanda.

Em fevereiro de 2013, foi publicada no G1, o portal de notícias da Globo, uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha em 12 capitais brasileiras (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Campo Grande, Goiânia, Belém e Manaus) sobre o perfil dos consumidores em farmácias particulares, a pesquisa apontava que 68% das 1.611 pessoas entrevistadas tinham o hábito de comprar medicamentos genéricos. Além disso, outros 25% ouvidos declararam adquirir medicamentos de marca, para a classe A, essa taxa subia para 42%. Enquanto que, os demais indivíduos disseram usar outros tipos de medicamentos: similares, biológicas, manipuladas, homeopáticas e fitoterápicas. Os índices para cada um desses produtos, porém, não ultrapassaram os 2%.

Ainda segundo levantamento do Datafolha, dentre o público que costumava frequentar as farmácias do país, 55% eram mulheres, 65% tinham entre 26 e 59 anos, 43% tinham ensino médio e 23% concluíram o curso superior, 48% pertenciam à classe C e 70% exerciam alguma atividade remunerada.

De acordo com o Procon-SP, em setembro de 2014, as diferenças nos preços de um mesmo medicamento genérico nas farmácias podem ser explicadas porque,

“...vários fatores são determinantes de preço, como aplicação de descontos que varia de acordo com as condições locais de mercado, rentabilidade da loja, condições comerciais de compra; políticas comerciais diferentes para cada canal de venda (loja física, telefone e loja virtual); redes regidas pelo sistema de franquias, no qual não há uma política única de preços entre os franqueados” (G1, 2014).

No início do ano de 2015, segundo informações do jornal O Estado de S. Paulo, afirmava-se que o desempenho das vendas de medicamentos em 2014 havia ficado abaixo das expectativas do setor, sobretudo as de genéricos, carro-chefe das indústrias nacionais, segundo indicadores da IMS *Health*. Esses indicadores apontavam que foram comercializados 871,7 milhões de unidades de genéricos no ano de 2014, que indicava um aumento de 10,6% sobre 2013, enquanto que a estimativa era de que a expansão poderia chegar a 15% no ano.

O faturamento das indústrias de genéricos foi de R\$ 16,25 bilhões, crescimento de 18,5% sobre 2013. O crescimento mais "magro", segundo Telma Salles, presidente da PróGenéricos no momento, refletiu o desaquecimento da economia no ano anterior e acesso mais limitado à saúde. Para Telma, no ano de 2015 as empresas enfrentariam novos desafios pela frente, *"Será um ano mais difícil, por conta dos ajustes e retração do crédito."*

Além disso, Telma afirmou que,

"Nossa projeção inicial era que, ao completar 15 anos no país (em 2014), os genéricos representassem 40% das vendas totais de medicamentos, mas encerramos com 28% de participação. A meta agora é alcançar essa marca daqui a cinco anos."

Em reportagem da CBN, em 2015, verificou-se que a compra de medicamentos genéricos estava mais cara. A diferença média entre os medicamentos genéricos e de referência caiu de 60% para 40%, segundo levantamento da PróGenéricos. A alta do dólar afeta as operações do setor, com a valorização da moeda americana os custos de produção aumentam, já que a maior parte dos insumos é importada.

Além disso, novos pedidos de financiamento de empresas ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) caíram 42% em agosto na comparação com o mesmo período do ano anterior, segundo o Valor Econômico. No acumulado do ano, a queda chegou a 49,1%. Com o desânimo dos empresários para investir, o número de consultas tornou-se menor que o volume de desembolsos pela primeira vez desde 2002.

Ainda a respeito do aumento do preço dos medicamentos, em reportagem de Jonas Campos para o G1, o portal de notícias da Globo, verificou-se que a inflação ficou ainda mais pressionada. Os genéricos ficaram mais caros, pois a indústria decidiu reduzir ou ainda, cortar os descontos para as farmácias e distribuidoras, tendo efeito direto no bolso do consumidor. Por lei, os medicamentos só podem ser reajustados uma vez por ano, apenas no mês de março.

Entre janeiro e setembro de 2015, a inflação dos medicamentos medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) chegou a quase 7%, valor superior à inflação registrada em todo o ano de 2014. Em relação à isto, Telma Salles, presidente executiva da PróGenéricos, se pronunciou para a CBN, informando que a tendência para os próximos meses era de genéricos ainda mais caros, se aproximando do limite permitido pela lei.

"Se não tivermos uma reviravolta positiva na economia e se o dólar continuar subindo desse jeito... A gente precisa de conjunções positivas para a melhoria de qualquer cenário e, nesse momento, a gente não consegue vislumbrar essa conjunção positiva", informou Telma. A venda de genéricos cresceu 10,7% no terceiro trimestre, resultado abaixo dos 15% esperados.

Já no início deste ano (2016), a CBN, publicou reportagem informando que o volume de vendas de medicamentos genéricos subiu 19,9% em fevereiro, em relação ao mesmo mês de 2015, segundo dados da PróGenéricos. O resultado, no entanto, é o mais baixo para o setor desde maio de 2015, o que poderia indicar que o crescimento está a desacelerar.

CAPÍTULO III: POLÍTICAS E ATUAÇÃO DA ANVISA EM PROL DO MERCADO DE GENÉRICOS

Neste capítulo é dada ênfase a algumas das políticas adotadas pelo governo brasileiro que incentivam o crescimento do mercado de medicamentos genéricos, e logo em seguida, baseado em reportagens, foi realizada uma breve retrospectiva de como se desenvolveu a atuação da Anvisa e de outros órgãos quanto aos genéricos.

Segundo trabalho de Miranda *et al.* (2009), o Brasil tem desenvolvido estratégias que facilitam o acesso aos medicamentos genéricos, tais como a produção pública, a política dos genéricos e a lista de medicamentos essenciais. A lista de medicamentos essenciais é estabelecida através da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), em que especialistas escolhem os medicamentos baseados em critérios de essencialidade e por atenderem às necessidades prioritárias à saúde do país.

Como consta no site do Conselho Federal de Farmácia,

“A Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename) é uma lista de medicamentos que deve atender às necessidades de saúde prioritárias da população brasileira. Deve ser um instrumento mestre para as ações de assistência farmacêutica no SUS. Relação de medicamentos essenciais é uma das estratégias da política de medicamentos da Organização Mundial da Saúde (OMS) para promover o acesso e uso seguro e racional de medicamentos. Foi adotada há mais de 25 anos, em 1978, pela OMS e continua sendo norteadora de toda a política de medicamentos da Organização e de seus países membros.”

Os medicamentos que constam na RENAME deveriam servir como base para a produção de genéricos pelas empresas nacionais ou públicas, facilitando o acesso e diminuindo os custos de aquisição. Estes medicamentos, deveriam ainda, estar disponíveis a todo momento no sistema de saúde brasileiro, já que são fundamentais para ampliar a qualidade e expectativa de vida da população.

No Brasil, o setor privado de venda de medicamentos se caracteriza pelo desembolso direto dos custos pelo consumidor, que arca individualmente com o valor integral da aquisição

dos medicamentos. Dessa forma, a influência do consumidor no preço de compra é limitada em contraposição às compras institucionais, em que o governo exerce forte poder de influência devido ao volume comercializado.

No trabalho de Miranda *et al.* (2009) os autores obtiveram resultados em que de 43 medicamentos pesquisados por eles, apenas 28 (65,1%) possuíam registro de genérico no mercado brasileiro. Além disso, verificaram que havia mais medicamentos similares que genéricos no setor público para todas as regiões do país, sendo o Sudeste (53,6%) e Sul (32,1%) as regiões com o maior número de medicamentos genéricos disponíveis. De forma a concluir que, o setor público não realiza a compra preponderantemente das versões genéricas dos medicamentos pesquisados.

Segundo Miranda *et al.* (2009),

“...se a competição resultante de maior número de versões no mercado tem consequências sobre os preços, o limitado número de competidores no ponto de venda pode significar que a função do genérico como redutor de preços não está sendo exercida, na sua plenitude, no país.”

Ainda segundo estes autores, além do número de genéricos competindo entre si no mercado, o número de similares também parece influenciar de forma positiva na diminuição dos preços dos genéricos. Essa situação termina por refletir a ideia de que genéricos e similares competem pelos consumidores mais suscetíveis à variação de preços.

Outra política que tem beneficiado o crescimento do mercado de medicamentos genéricos é o Programa Farmácia Popular. Conforme consta no site do Portal da Saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), o Programa Farmácia Popular do Brasil é uma iniciativa do Governo Federal que cumpre uma das principais diretrizes da Política Nacional de Assistência Farmacêutica, tendo sido implantado por meio da Lei nº 10.858 de 2004, que autoriza a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) a disponibilizar medicamentos mediante ressarcimento.

Em 2006, houve expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil. Esta expansão dava-se a partir do aproveitamento da rede instalada do comércio varejista de produtos farmacêuticos. Esta expansão foi denominada “Aqui Tem Farmácia Popular”, credenciando a rede privada de farmácias e drogarias, com o objetivo de levar o benefício de menor custo na

aquisição de medicamentos essenciais a mais lugares e pessoas, isto se dá em parceria entre o Governo Federal e o setor privado varejista farmacêutico.

A partir de 2011, o Programa passou a disponibilizar medicamentos para o tratamento da hipertensão e do diabetes sem custos para os usuários. Esta campanha foi denominada “Saúde Não Tem Preço” (SNTTP). Ficou determinado que as farmácias da Rede Própria, bem como as farmácias e drogarias credenciadas do “Aqui Tem Farmácia Popular” garantiriam a dispensação gratuita para estes medicamentos. Logo em seguida, três medicamentos para o tratamento da asma foram inseridos na lista e passaram a ser distribuídos de forma totalmente gratuita.

Além dos medicamentos gratuitos para hipertensão, diabetes e asma, o Programa oferece mais 11 itens, entre medicamentos e fralda geriátrica, com preços até 90% mais baratos utilizados no tratamento de dislipidemia, rinite, mal de Parkinson, osteoporose e glaucoma, além de contraceptivos. E como já falado anteriormente, boa parte dos medicamentos distribuídos por esse programa são genéricos, o que beneficia o crescimento do mercado de medicamentos genéricos.

O “Aqui Tem Farmácia Popular” visa atender a parcela da população que não busca assistência no SUS, mas que também não possuem condições suficientes para manter tratamento dado o preço elevado dos medicamentos. Para a aquisição dos medicamentos nas unidades é necessária a apresentação de documento com foto, no qual conste o seu Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), juntamente com uma receita médica.

A partir daqui, serão utilizadas reportagens divulgadas na mídia para demonstrar a forma como a Anvisa e o governo, além de outros órgãos, atuaram de forma a garantir que os genéricos conquistassem a confiança das pessoas e ampliassem seu mercado no país.

Em dezembro de 2006, foi noticiado pelo Jornal Nacional, que as pessoas de baixa renda representavam a parte da população que menos compravam medicamentos genéricos, segundo pesquisa realizada pelos fabricantes de medicamentos genéricos. Porém, é neste grupo em que se encontram as pessoas que mais precisariam e deveriam optar pela economia proporcionada pela compra de medicamentos genéricos.

Com essa pesquisa verificou-se que os genéricos eram mais vendidos entre a população de maior poder aquisitivo e que a venda deste tipo de medicamento diminuía com a

redução da renda das pessoas. O que era esperado é que esse tipo de medicamento fosse consumido em maior número pelas pessoas de renda mais baixa. Além disso, a influência da indicação de medicamentos de marca nas receitas ainda era bem representativa e as pessoas duvidavam acerca da eficiência do produto genérico, muito disto devido à falta de informação.

Em julho de 2007, foi publicada reportagem no site G1, o portal de notícias da Globo, indicando que de 2002 à 2006, a Anvisa verificou que o número de registros de medicamentos genéricos quase quadruplicou, de 893, o número de medicamentos aprovados chegou a mais de 3 mil. O presidente da Anvisa na época, Dirceu Raposo de Mello, afirmou que o aumento estava relacionado à aceitação do público e à competência das indústrias brasileiras.

Em reportagem do G1, o portal de notícias da Globo, de junho de 2009, era anunciada a inauguração da primeira fábrica de genéricos do país em São Paulo, da Fundação para o Remédio Popular (Furp), em Américo Brasiliense, na região de Ribeirão Preto, no interior paulista. O governador na época, José Serra, afirmou que a localização da fábrica era estratégica para a distribuição dos medicamentos. *"Vamos nos associar à maior produtora de medicamentos genéricos do mundo, que é israelense, de altíssima qualidade [...] É uma fábrica eficiente, muito higiênica, com todas as normas de segurança ambiental"*, disse.

Em reportagem de maio de 2009, do G1, o portal de notícias da Globo, José Serra, mentor da Lei dos Genéricos no país, sugeriu que o governo federal deveria promover a divulgação de medicamentos genéricos. Serra atribuiu às administrações estaduais e à federal a responsabilidade de informar a população sobre a qualidade dos genéricos. *"Isso exige conhecimento das pessoas, um trabalho maior dos governos, do governo federal, especialmente, no sentido de divulgar mais as vantagens do medicamento genérico"*, afirmou.

Em reportagem do Valor Online, de agosto de 2009, noticiou-se a iniciativa de financiamento por parte do BNDES, que concedeu R\$ 120 milhões, para desenvolvimento de genéricos. O financiamento foi concedido para que a EMS desenvolvesse novos medicamentos genéricos e uma nova plataforma para liberação controlada de princípios ativos dos medicamentos.

Em agosto de 2010, em reportagem do Bom Dia Brasil, José Serra, na época candidato à presidência, informou que pretendia reduzir impostos dos medicamentos genéricos, para isto havia chamado fabricantes de medicamentos genéricos capazes de oferecer sugestões para

ajudar à baixar os preços, já que quando foi ministro da saúde reduziu os impostos dos medicamentos, o que levou à economia de R\$ 15 bilhões em dez anos pelos brasileiros.

“Mais genéricos significa produtos farmacêuticos de mais qualidade e menor preço. Eu estou interessado em rebaixar preços de medicamentos mantendo a qualidade, inclusive retirando mais impostos. Ainda há muito imposto, a carga tributária é das mais altas do mundo sobre os remédios”, afirmou José Serra, que era o candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) à presidência.

Em 2011, foi noticiado pelo site G1, o portal de notícias da Globo, a aprovação do registro pela Anvisa para dois novos genéricos no País: a quetiapina, usado para esquizofrenia, e rosivastatina, indicado para reduzir os índices de colesterol. Esses medicamentos juntos movimentavam cerca de R\$ 324 milhões anuais. A liberação da versão genérica dessas drogas surgiu como reflexo de uma mudança de estratégia da Agência, que passou a priorizar medicamentos considerados estratégicos para o governo.

Desde o início de 2011, foi liberado pela Agência a versão genérica de cinco medicamentos classificados como importantes para o governo, que juntos, movimentaram em 2010 cerca de R\$ 900 milhões. Anterior à essa liberação, já havia sido concedido registro para o genérico do antirretroviral tenovovir, para o entacapona, usado entre pacientes com Parkinson e darcabazina, receitado para pacientes com câncer. Havia ainda outros 18 itens na lista de medicamentos prioritários para exame, *“São medicamentos que integram a lista de prioritários, e entre eles há mais remédios para o tratamento de câncer, leucemia, artrite, entre outros”,* afirmou Dirceu Barbano.

Em maio deste mesmo ano, a Revista Época noticiou o crescimento de 73% no número de medicamentos registrados na Anvisa no primeiro trimestre, em relação ao ano anterior. *“O Estado olha para o interesse público, e a entrada dessas drogas no mercado tem um impacto direto na redução de 35% do preço”,* afirmou Dirceu Barbano, diretor e presidente em exercício da Anvisa na época. De acordo com Finotti, o fato do governo federal entregar medicamentos para hipertensão e diabete nas farmácias populares de graça também ajudou a aumentar as vendas. *“Os medicamentos desse programa são genéricos. E têm o impacto do comodismo. As pessoas vão buscar o remédio de graça e acabam comprando outros que precisam.”*

Já no início do ano de 2012, segundo o site G1, o portal de notícias da Globo, a Anvisa havia iniciado consulta pública sobre proposta para viabilizar genéricos, tornando mais rápida a chegada ao mercado de medicamentos genéricos disponíveis apenas em hospitais ou vendidos de forma restrita como antibióticos, antirretrovirais e drogas contra o câncer. Com a proposta, empresas teriam dificuldades menores para obter o registro para um novo medicamento, já que teriam acesso aos produtos usados nos testes de bioequivalência. A população teria 60 dias contados para apresentar sugestões ao texto.

Em maio do mesmo ano, a revista Época, publicou reportagem anunciando a aprovação desta resolução que obrigava fabricantes de medicamentos de referência a venderem seus produtos para empresas interessadas em fazer a versão genérica da droga. *"Há relatos de empresas que aguardaram até oito meses para conseguir o remédio de referência que seria usado para fazer o teste de bioequivalência"*, contou o presidente da Anvisa na época, Dirceu Barbano. Cerca de 200 contribuições foram realizadas durante a fase de consulta pública.

Cristiane Cardoso, em dezembro de 2012, noticiou a produção do primeiro medicamento genérico do país contra o câncer no estado do Rio de Janeiro. O medicamento seria distribuído no Sistema Único de Saúde (SUS) a partir de janeiro de 2013, sendo indicado para o tratamento de leucemia e tumor maligno do intestino. O produto estava sendo desenvolvido no laboratório Farmanguinhos, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no Rio de Janeiro.

O ministro da Saúde na época, Alexandre Padilha, estimava que a economia para o SUS chegaria a R\$ 337 milhões em cinco anos. No primeiro mês, a expectativa era a distribuição de cinco milhões de comprimidos em todo país. O Ministério da Saúde destinaria R\$ 140 milhões por ano para a produção do medicamento. Além do incentivo federal, o Instituto Vital Brazil e cinco empresas privadas participavam do projeto. Padilha informou ainda que a produção nacional do medicamento era suficiente para atender a toda a demanda do SUS, que tinha cerca de oito mil pacientes hospitalizados.

Em maio de 2014, foi publicada reportagem no G1, o portal de notícias da Globo, que apresentava o Rio Grande do Sul como o segundo maior consumidor de genéricos do Brasil. Os medicamentos genéricos ocupavam 33,6% do mercado farmacêutico no estado e Minas Gerais liderava o ranking, com 34,76% de representação em vendas. As informações eram de

um estudo da PróGenéricos, que analisou a participação desse mercado nas diferentes regiões do país.

Além disso, o estado era o único da região Sul a registrar uma média maior que a nacional em uso de genéricos. No Paraná, 25,61% consumiam o produto e em Santa Catarina, 25%. Por sua vez, de acordo com a entidade, os medicamentos genéricos já representavam 85% dos produtos entregues pelo Programa Farmácia Popular, do Governo Federal. As regiões Norte e Nordeste possuíam a menor presença de medicamentos genéricos no Brasil.

Sendo assim, a presidente da PróGenéricos na época, Telma Salles, afirmava que os números mostravam a necessidade de trabalhar na ampliação do acesso aos medicamentos para as populações menos assistidas financeiramente. *"Os genéricos hoje já cumprem um papel fundamental para o país, mas precisamos avançar ainda mais. Ou as pessoas não conseguem adquirir os medicamentos que necessitam ou estão se medicando de forma incorreta"*, diz.

Conforme publicado em reportagem do G1, o portal de notícias da Globo, de agosto de 2014, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) resolveu multar o laboratório farmacêutico Merck em R\$ 4,295 milhões por formação de cartel no mercado de genéricos. A Merck teria se aliado a concorrentes para impedir a venda de medicamentos. Os laboratórios se uniram para dificultar a entrada de concorrentes. Essa atitude poderia vir a prejudicar o mercado e os consumidores, segundo o conselheiro Alessandro Octaviani.

Para o conselheiro, os efeitos são claros, já que,

"... a não entrada ou retardo da entrada dos genéricos no mercado, mesmo que por pouco tempo, evitaria perda de lucros por parte das empresas, uma vez que esses produtos apresentavam uma opção mais barata e, possivelmente, melhor e mais acessível a toda população", afirmou.

Um outro exemplo de medida que beneficia o mercado de genéricos, foi quando médicos da rede pública de Cascavel passaram a ser obrigados a prescreverem medicamentos genéricos aos pacientes, conforme publicado em agosto de 2014, pelo G1, o portal de notícias da Globo, mostrando a importância da prescrição médica para decisão de compra dos consumidores. A Lei nº 6.383/2014 foi aprovada pela Câmara de Vereadores de Cascavel, sendo a secretaria de Saúde responsável por fiscalizar e aplicar penalidades.

A proposta de autoria do vereador Aldonir Cabral (PDT), previa que os médicos das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Unidades de Pronto-Atendimento (UPA) indicassem na receita médica o nome do princípio ativo do medicamento, o que facilitaria ao paciente comprar o medicamento mais barato. *“Isso vai garantir que o usuário da saúde pública escolha livremente o medicamento prescrito pelo médico e facilita para o atendente da farmácia pegar o remédio correto”*, afirmou Cabral.

A lei ainda determinava que os estabelecimentos de saúde pública mantivessem, em local visível, um cartaz informando sobre a existência e a obrigatoriedade da lei. *“O próprio paciente também vai ser o fiscalizador dessa lei”*, disse o vereador.

Já em fevereiro de 2015, segundo reportagem do Jornal Hoje, a Anvisa havia proibido a fabricação de dois antibióticos genéricos da EMS. Parte da fábrica em Hortolândia, no qual os medicamentos (Clavulanato de Potássio, usado no tratamento de doenças respiratórias e a Rifamicina spray, usada no tratamento de feridas) são produzidos, foi interditada. Eles foram suspensos porque o fabricante alterou o processo de produção dos medicamentos. Devido a essa alteração, havia dúvida se estes medicamentos manteriam a mesma eficácia e qualidade. Com isso, a empresa ficou proibida de fabricar tais medicamentos e deveriam ser recolhidos todos os estoques das farmácias referentes aos lotes fabricados a partir de fevereiro de 2013.

Já em março do mesmo ano, foi aprovado pela Anvisa medicamentos genéricos para conjuntivite, menopausa e colesterol, em reportagem publicada pelo Extra. Esses três novos genéricos faziam referência à substâncias que ainda não tinham concorrentes no mercado.

Em reportagem de André Coelho, de agosto de 2015, verificou-se que a demora nas concessões de patentes de medicamentos estavam prejudicando o acesso de pacientes aos genéricos. A demora para a chegada da versão mais barata às prateleiras faz com que os pacientes dependam dos medicamentos de referência, que normalmente são mais caros.

Para o presidente da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais na época, Henrique Takada, a falta de estrutura para atender a demanda nos pedidos é o principal fator para a demora, essa longa espera para a concessão de patentes se torna prejudicial ao estímulo de inovações na medicina. Segundo ele, a oferta de produtos no mercado diminui por causa da burocracia e prejudica os consumidores.

“Em relação à demora para a concessão de patentes, o INPI informou que, nos últimos 15 anos, o número de pedidos de registros aumentou, diferente do número de examinadores. Atualmente, são apenas 202 profissionais para todos os setores, quando para atender a demanda atual de mais de 30 mil processos seriam necessários mais de 600 funcionários. Segundo o instituto, a necessidade de concurso é urgente, mas ainda não há previsão de nova seleção para o órgão.”, disse Henrique Takada.

Já no início do ano de 2016, a Anvisa suspendeu a venda de três genéricos da Prati Donaduzzi, pois a empresa alterou o método de produção sem avaliação prévia de autoridades. Ficando assim suspensa a comercialização de dois antiinflamatórios (diclofenaco sódico e nimesulida) e um antibiótico (estolato de eritromicina). Os estoques dos três medicamentos foram recolhidos das prateleiras.

Em fevereiro de 2016, conforme publicado no site G1, o portal de notícias da Globo, o governo de São Paulo realizou por decreto a redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos medicamentos genéricos de 18% para 12%. Com essa redução, o governo calculou que o preço dos genéricos cairia em até 6%.

CAPÍTULO IV: ANÁLISE DOS FATORES QUE DIFICULTAM E FACILITAM A DIFUSÃO NO MERCADO FARMACÊUTICO BRASILEIRO.

IV.1 IMPORTÂNCIA DOS FATORES

Este capítulo será dedicado à discussão dos pontos apontados pela imprensa acerca de alguns dos fatores responsáveis pelo desempenho do mercado de medicamentos genéricos nos últimos anos. Fatores esses que estão listados nos Quadros 2 e 3 e separados de forma a identificar como eles atuam sobre esse mercado, se facilitam ou dificultam a disseminação dos genéricos no Brasil. É preciso considerar que além desses fatores existem outros que também podem ter influência sobre esse mercado.

Quadro 2: Fatores que facilitam a disseminação dos genéricos no mercado

Fatores que facilitam	
Fator	Motivos
Programas do governo	Distribuição de medicamentos genéricos e direcionador da produção.
Aceitação/Confiança	Divulgação referente à qualidade e eficácia dos genéricos ser equivalente à dos medicamentos de referência.
Prescrição Médica	Prescrição pelo nome do princípio ativo.
Variedade	Melhor distribuição e possibilidade de escolha.
Patentes expiradas	Ampliação do número de doenças atendidas.

Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa realizada na imprensa

Quadro 3: Fatores que dificultam a disseminação dos genéricos no mercado

Fatores que dificultam	
Fator	Motivos
Desembolso direto	Baixo poder de barganha dos consumidores.
Taxa de câmbio	Encarecimento dos fatores de produção.
Lei de licitações	Perdendo espaço para os similares.
Impostos	Alta carga tributária.
Distribuição de renda	Menos recursos disponíveis para compra de genéricos.

Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa realizada na imprensa

A Anvisa, em reportagem do site Globo.com, de março de 2013, lista algumas das vantagens dos genéricos, que são:

“[...] oferecem à população medicamentos de qualidade, seguros e eficazes, comprovados por meio da realização de testes de equivalência farmacêutica e de bioequivalência; disponibilizam medicamentos de menor preço, visto que os fabricantes de genéricos não precisam investir em pesquisa para o seu desenvolvimento e nem em propaganda; reduzem os preços dos medicamentos de referência, com a entrada de medicamentos concorrentes (genéricos); contribuem para aumento do acesso aos medicamentos; fortalecem a indústria nacional; mudam o comportamento dos profissionais de saúde (prescritores e dispensadores); e proporcionam o desenvolvimento tecnológico das indústrias e, conseqüentemente, do país.”

Visto a importância dessas vantagens, serão qualificados os fatores que impactam no desenvolvimento do mercado de medicamentos genéricos no Brasil e suas influências. A partir daqui irei discorrer sobre os fatores apontados nos Quadros 2 e 3 fazendo uma breve análise de como esses fatores tem atuado até então e como eles podem ser modificados no futuro para que o mercado de medicamentos genéricos possa alcançar um resultado mais satisfatório daqui pra frente.

Programas do governo

Programas do governo como o RENAME e o Farmácia Popular, já citados anteriormente neste trabalho, são grandes influenciadores do desenvolvimento do mercado de medicamentos genéricos. O RENAME, por demonstrar para quais medicamentos deve ser direcionada a produção, e o Farmácia Popular, por ser composto em sua maioria por genéricos.

O governo possui elevado gasto com medicamentos dentro do país, sendo assim ao optarem pela compra de medicamentos genéricos podem estar incentivando o crescimento deste mercado e reduzindo gastos, já que os genéricos devem ter preço inferior ao dos medicamentos de referência. Porém, verifica-se que uma boa parcela das compras de medicamentos realizadas pelo governo é de similares, indicando que talvez os genéricos não tenham o preço tão reduzido quanto deveriam ter.

Dessa forma, o governo pode ser um facilitador para a disseminação dos medicamentos genéricos no Brasil, caso o preço destes medicamentos se reduza. Mas, além disso, o governo pode ainda atuar como um forte influenciador do preço desses

medicamentos, adotando medidas para que os preços se reduzam e, por ser um grande comprador de medicamentos, o governo pode exercer forte poder de barganha diante dos fabricantes de genéricos, incentivando a redução dos preços que se faz necessária.

Aceitação e confiança

Outros fatores que tem contribuído fortemente para a ampliação do mercado de medicamentos genéricos nos últimos anos são a aceitação e confiança por parte dos consumidores, que passaram a optar cada vez mais pela compra de medicamentos genéricos. Até certo ponto, isso pode ser considerado fruto da divulgação que as empresas e o governo realizaram sobre a qualidade e eficácia dos genéricos.

Conquistar a confiança dos consumidores é fundamental para facilitar a ampliação do mercado de medicamentos genéricos, para isso deve ser realizado um trabalho contínuo garantindo que mais pessoas confiem nesses medicamentos e passem a tê-los como opção no momento de suas compras, principalmente pelo benefício do preço inferior ao dos medicamentos de referência.

Impedir a disseminação de informações negativas sobre a imagem dos genéricos é essencial para que tais medicamentos continuem a conquistar mercado. Assim como, trabalhar para continuar a garantir a qualidade e eficácia desses produtos é de suma importância.

Prescrição Médica

Como já comentado anteriormente neste trabalho, os médicos possuem forte influência sobre a decisão de compra dos medicamentos por seus pacientes. Deste modo, é importante que o governo incentive a prescrição de medicamentos pelo nome do princípio ativo e não pelo nome do medicamento de referência.

Esse é um dos fatores que facilitam a disseminação dos medicamentos genéricos dentro do país. Com leis criadas pelo governo busca-se incentivar a prescrição do medicamento pelo nome do seu princípio ativo, fazendo-se com que mais pessoas optem pela compra de medicamentos genéricos. Essa opção pelos genéricos deverá se dar, visto que, o preço destes é inferior aos dos medicamentos de referência e ambos possuem a mesma qualidade e eficácia.

Quando os médicos trabalham conscientizando seus pacientes sobre o uso de genéricos, estes medicamentos podem conquistar mais espaço no mercado e assim, melhorar a qualidade de vida da população como um todo. Dessa forma, é sempre benéfico que os governos trabalhem incentivando essa conscientização pelos médicos, já que os medicamentos genéricos permitem redução no custo do tratamento, e consequentemente, permite que pessoas de baixa renda possam cuidar mais da sua saúde.

Variedade

Desde que a Política de Medicamentos Genéricos foi promulgada em 1999, a Anvisa tem trabalhado constantemente para ampliar o número de registros de medicamentos genéricos, buscando garantir que uma parcela maior da população possa desfrutar das vantagens que estes medicamentos oferecem.

A Anvisa ao facilitar o processo para que ocorra o registro de medicamentos, cria incentivos para que mais fabricantes de genéricos adentrem no mercado. Uma ampliação do número de fabricantes atuando no setor de medicamentos genéricos é de grande importância, pois permite ampliação da concorrência, que leva à redução dos preços. Sendo assim, verifica-se uma maior variedade de medicamentos disponibilizados.

Além disso, uma maior quantidade de medicamentos genéricos no mercado pode ser distribuída de forma mais ampla no país, atendendo à uma parcela maior da população. Porém, há ainda alguns locais em que a participação dos genéricos nas farmácias é bastante reduzida, normalmente isso se dá em locais mais afastados, em geral, compostos por uma população com menor poder aquisitivo, sendo que estes seriam os que mais necessitariam dos descontos oferecidos por esses medicamentos.

Sendo assim, para que os genéricos conquistem mais mercado, dado esse critério de variedade, é essencial que se trabalhe para melhorar as redes de distribuição existentes, possibilitando o acesso a esses medicamentos em uma maior quantidade possível de localidades. Além disso, deve-se também incentivar investimentos em pesquisa para as doenças consideradas negligenciadas, que afetam boa parte da população brasileira, o que poderia ampliar o mercado para os medicamentos genéricos.

Por fim, é ainda importante que seja incentivado o crescimento das empresas de medicamentos genéricos, permitindo-se mais investimentos para novas instalações e pesquisas, produzindo uma quantidade maior de produtos a ser disponibilizado no mercado.

Patentes expiradas

No momento em que se verificou a ampliação do número de patentes de medicamentos expiradas, houve a possibilidade de que mais medicamentos genéricos pudessem ser produzidos, ampliando-se dessa forma o número de doenças a serem tratadas a um custo mais acessível.

Esse é então um dos fatores que facilitam a expansão do mercado de medicamentos genéricos. Nos anos que seguiram o início da política de genéricos no Brasil, um elevado número de medicamentos importantes para a saúde pública tiveram suas patentes expiradas, esse fator foi de extrema importância para permitir melhoria na qualidade de vida da população, já que esses medicamentos se tornariam mais acessíveis à população de baixa renda.

Alguns fabricantes de medicamentos de referência adotam medidas visando impedir que suas patentes expirem, deste modo podem continuar a usufruir dos altos lucros que recebem com a venda de tais medicamentos. O que acontece é que, com a expiração da patente, há ampliação da concorrência, já que se torna possível a criação de genéricos para tais produtos, isso implica em redução do preço dos medicamentos e assim, redução do lucro.

Nos últimos anos verificou-se uma redução no número de patentes expiradas, isto de certa forma atuou desacelerando o crescimento do mercado de medicamentos genéricos. Sendo assim, quanto mais patentes expirarem, maior pode ser a ampliação do bem-estar da sociedade, já que a população poderá se beneficiar com gastos menores e, além disso, poderá ocorrer o aumento da quantidade de pessoas que podem ter acesso a tais medicamentos.

Desembolso direto

No Brasil, como já visto anteriormente, a maior parte das compras de medicamentos no país ocorre por meio de desembolso direto dos custos pelos consumidores e isso implica em baixo poder de barganha sobre os preços do mercado. Esse fator é então um dos responsáveis por dificultar o crescimento do mercado de genéricos no Brasil, visto que os

consumidores não possuem poder suficiente para reivindicar preços menores para os medicamentos genéricos.

Em outros países, verifica-se a atuação dos planos de saúde na compra dos medicamentos, o que reduz o poder do mercado farmacêutico de determinar preços. Além disso, viu-se que é possível influenciar os preços dos medicamentos através das licitações, a compra pública de medicamentos genéricos é ainda muito pequena talvez pelo fato de os similares apresentarem menores preços.

Mudanças nesse atual método de aquisição de medicamentos no Brasil podem alterar o poder que os fabricantes de genéricos têm para determinar preços. Sendo assim, caso os planos de saúde no Brasil, em algum momento, passem a ter participação sobre a compra dos medicamentos, poderemos verificar uma redução maior no preço dos genéricos, o que desencadearia maior crescimento desse mercado. O mesmo poderia ocorrer se uma maior parte dos genéricos estivesse disponível nas licitações.

Taxa de Câmbio

Outro fator que tem dificultado a disseminação dos medicamentos genéricos no mercado tem relação com a taxa de câmbio. A desvalorização da taxa de câmbio que tem ocorrido nos últimos anos no Brasil tem contribuído fortemente para a elevação dos preços dos medicamentos genéricos, visto que, essa desvalorização do real diante do dólar eleva o preço de muitos dos fatores de produção dos medicamentos.

Dado o encarecimento dos fatores de produção dos genéricos, os preços destes medicamentos tendem a se aproximar do limite da margem proposta. Se se tem em mente que o maior benefício dos genéricos é o preço inferior, verifica-se que esse objetivo não tem sido conquistado com êxito nos últimos anos e assim, os preços dos genéricos tem se elevado, reduzindo-se os descontos e perdendo espaço no mercado.

Sendo assim, caso se verifique uma melhora na situação econômica do país e a taxa de câmbio volte a se valorizar, os produtos importados utilizados na fabricação dos medicamentos – farmoquímicos - poderão ter seus preços reduzidos, barateando o custo de fabricação dos genéricos e assim, os descontos podem voltar a ser maiores para tais medicamentos.

Outra forma de reduzir os custos de produção dos medicamentos seria realizando a fabricação dos fármacos dentro do país, porém isto requer investimento elevado.

Lei de licitações

Em 2010, houve alteração a respeito da lei que trata das licitações no Brasil, a nova Lei de Compras Públicas (Lei 12.349/2010) alterou a Lei 8.666/93 e a partir de então, passou-se a ter margem de preferência diferenciada em licitações públicas para produtos produzidos ou desenvolvidos no Brasil. Dado o elevado volume de compras públicas do Ministério da Saúde, essa mudança foi de grande importância para a saúde do país.

Nos § 5º e § 6º da Lei 12.349, fica estabelecida que em processos de licitação poderá ser dada margem de preferência para produtos manufaturados que atendam a normas técnicas brasileiras. Essa margem de preferência leva em consideração a geração de emprego e renda, efeito na arrecadação de tributos federais, estaduais e municipais, desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no País, por exemplo. Atuando assim como incentivador da indústria nacional.

Porém, apesar de incentivar a compra de produtos nacionais, a Lei de Licitações também incentiva a compra do produto de menor preço. Visto que, os órgãos governamentais atuam de acordo com essa lei, em alguns momentos o mercado de medicamentos genéricos se viu prejudicado, pois uma grande parcela das licitações termina indo para os medicamentos similares, que por terem custos de produção menores podem aplicar preços inferiores.

Esse fator tem criado dificuldades para o mercado de medicamentos genéricos, basicamente por conta dos elevados preços praticados pelos fabricantes de genéricos, que ficam bem próximos da margem de 35%. O que se verifica por meio deste fator, é que os preços destes medicamentos deveriam ser mais reduzidos, já que esta é a principal vantagem dos medicamentos genéricos.

Desse modo, percebe-se que os medicamentos genéricos seriam capazes de conquistar um mercado maior se praticassem preços inferiores aos que são praticados atualmente, pois assim conquistariam maior espaço dentro das compras do governo.

Impostos

Um dos fatores capazes de dificultar a disseminação dos medicamentos genéricos pode estar interligado à alta carga tributária existente no país. Os impostos são responsáveis por elevar o preço desses medicamentos. Já foi visto anteriormente neste trabalho que, ao se reduzirem impostos como o ICMS, o preço dos medicamentos genéricos tiveram uma redução, demonstrando assim que ambos estão diretamente interligados.

Sendo assim, pode ser essencial que o governo continue a atuar para que sejam reduzidos mais impostos capazes de influenciar o preço dos medicamentos genéricos, visto que, o principal benefício destes é ter baixo custo para o consumidor e assim, obter taxas de crescimento mais elevadas para este mercado.

Distribuição de renda

Apesar de não ter sido estudado neste trabalho, um fator que influencia fortemente a compra de medicamentos diz respeito a renda da população. Como falado algumas vezes neste trabalho, quanto maior a renda das pessoas, mais recursos elas tem para realizar a aquisição de medicamentos e assim, cuidarem da sua saúde.

Crescimento econômico é um forte determinante para a elevação do nível de renda de uma população, que implica em maior poder aquisitivo, indicando que uma parcela maior da população poderá gastar mais com medicamentos. Esse pode ter sido um dos fatores que dificultaram o crescimento do mercado de medicamentos no país nos últimos anos, pois com a redução do poder aquisitivo da população, dadas as crises recentes na economia, menos recursos puderam ser destinados à compra de medicamentos.

Dessa forma, pode ser que ao melhorar a situação econômica do país mais pessoas possam disponibilizar recursos para a compra de medicamentos genéricos, o que ampliaria o crescimento deste mercado.

CONCLUSÃO

Com este trabalho foi verificado que os pontos chaves para a conquista de mercado dos medicamentos genéricos foram: a aceitação e confiança dos consumidores, que foi estimulada pelo governo e pelos fabricantes de medicamentos genéricos no decorrer dos anos com propagandas; dos programas do governo, tal como o Programa Farmácia Popular que disponibiliza, em quase sua totalidade, medicamentos genéricos para a população; da prescrição médica, que foi sendo modificada e, dada a conscientização dos médicos, passou-se a ter um maior número de prescrições pelo nome do princípio ativo; e das patentes expiradas que, principalmente no primeiros anos da instituição da política dos genéricos contribuíram positivamente para a conquista de mercado.

Porém, do outro lado, fatores como: a lei de licitações, que em sua maioria realiza a compra de medicamentos similares; o desembolso direto dos custos pelo consumidor, que dificulta o poder de barganha entre consumidores e produtores, permitindo que o preço dos produtos seja mais elevado; os impostos, que elevam o preço dos medicamentos; e mesmo o baixo poder aquisitivo da população brasileira, que não possui recursos suficientes para realizar a compra de medicamentos, prejudicou o desenvolvimento do mercado de medicamentos genéricos. Além disso, os descontos sobre esses medicamentos, apesar de crescentes nos primeiros anos, foram se reduzindo, contribuindo para a redução do crescimento deste mercado. Isto se deu em parte pela alta desvalorização do real perante o dólar, que encareceu o custo dos fatores de produção dos medicamentos, elevando assim o preço final destes.

Visto que, o principal benefício dos medicamentos genéricos é ter um preço mais acessível, verifica-se que nos últimos anos esse objetivo não tem sido alcançado com êxito, porém tem melhorado o acesso a medicamentos no país. Dessa forma, o que se pode concluir e esperar para os próximos anos é que havendo uma melhora da situação econômica do país, uma redução nos impostos sobre os genéricos e até mesmo, uma mudança no modo de aquisição de medicamentos, poderá ocorrer o retorno do crescimento do mercado de medicamentos genéricos.

Este trabalho foi uma primeira aproximação sobre os fatores que dificultam e facilitam a penetração dos genéricos no mercado brasileiro. Esta aproximação inicial foi feita a partir da visão da imprensa e das ações governamentais para resolver os problemas apontados. Neste sentido, este trabalho apenas abre uma agenda de pesquisa sobre o tema e aponta para a

necessidade de realização de outros trabalhos que possam avaliar em maior profundidade a política brasileira de medicamentos genéricos que, em 2016, está completando dezessete anos de existência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). Conceitos e definições. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/conceitos-e-definicoes7>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE MEDICAMENTOS GENÉRICOS (PróGenéricos). Disponível em: <<http://www.progenericos.org.br/>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Medicamentos. Brasília: Ministério da Saúde, 1998.

CHAMINADE, Cristina & EDQUIST, Charles. From theory to practice: the use of systems of innovation approach in innovation policy. Center for Innovation, Research and Competence in the Learning Economy, Lund University. Paper no. 2005/02.

CHAUDHURI, Sudip. Is Product Patent Protection Necessary in Developing Countries for Innovation? R&D by Indian Pharmaceutical Companies after TRIPS. WPS, No. 614, Set. 2007.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Disponível em: <<http://www.cff.org.br/pagina.php?id=140>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

FARDELONE, L. C. & BRANCHI, B. A. Mudanças recentes no mercado farmacêutico; Revista da FAE, Curitiba, v.9, n.1, pag. 139-152, jan./jun. 2006.

GRABOWSKI, H. G., et al. Evolving Brand-Name And Generic Drug Competition May Warrant A Revision Of The Hatch-Waxman Act. Health Affairs 30, no.11 (2011):2157-2166 doi: 10.1377/hlthaff.2010.0270

GRABOWSKI, Henry & KYLE, Margaret. Generic Competition and Market Exclusivity Periods in Pharmaceuticals. Wiley InterScience (www.interscience.wiley.com), 2007.

GRABOWSKI, H. G., RIDLEY, D. B. & SCHULMAN, K. A. Entry and Competition in Generic Biologics. Duke University, Jan. 2007.

HASENCLEVER, Lia; FIALHO, Beatriz; KLEIN, Helena; ZAIRE, Carla. Economia Industrial de Empresas Farmacêuticas. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

JACOBZONE, S. Pharmaceutical Policies in OECD Countries: Reconciling Social and Industrial Goals. OECD Labour Market and Social Policy Occasional Papers, No. 40, OECD Publishing. 2000. <<http://dx.doi.org/10.1787/323807375536>>. Acesso em: 3 abr. 2016.

KUPFER, David & HASENCLEVER, Lia. Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil, 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2013.

MENDONÇA, Pedro A. Saccol. Efeitos da introdução dos medicamentos genéricos no mercado farmacêutico brasileiro de 2000 a 2004. 2006. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso-Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MIRANDA, E. S., et al. Disponibilidade no setor público e preços no setor privado: um perfil de medicamentos genéricos em diferentes regiões do Brasil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 25(10):2147-2158, out, 2009.

PORTAL DA SAÚDE. Programa Farmácia Popular. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/leia-mais-o-ministerio/346-sctie-raiz/daf-raiz/farmacia-popular/11-farmacia-popular/18008-programa-farmacia-popular-do-brasil>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

REIS, C., LANDIM, A. & PIERONI, J. P. Lições da experiência internacional e propostas para incorporação da rota biotecnológica na indústria farmacêutica brasileira. BNDES Setorial 34, p. 5-44.

SILVA, Isabela C. da. A dinâmica da indústria farmacêutica e o uso da biotecnologia: um foco no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Grupo economia da inovação (GEI) IE-UFRJ, 2013.

SIMOENS, S. A review of generic medicine pricing in Europe. Out. 2011.

STORPIRTIS, Sílvia; MARCOLONGO, Raquel; GASPAROTTO, Fernanda S.; VILANOVA, Crisálida M. A equivalência farmacêutica no contexto da intercambialidade entre medicamentos genéricos e de referência: bases técnicas e científicas. São Paulo, Abr. 2004. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/c1930b80474590b59943dd3fbc4c6735/genericos_referencia.pdf?MOD=AJPERES>. Acesso em: 10 mar. 2016.

VOGLER, Sabine. The impact of pharmaceutical pricing and reimbursement policies on generics uptake: implementation of policy options on generics in 29 European countries—an overview. Mar. 2012.

PESQUISA DE REPORTAGENS EM SITES

Anvisa aprova genéricos para esquizofrenia e colesterol, 15/02/2011, 19h22. <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/02/anvisa-aprova-genericos-para-esquizofrenia-e-colesterol.html>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

Anvisa aprova remédios genéricos para conjuntivite, menopausa e colesterol. 26/03/15, 09:03. <<http://extra.globo.com/noticias/economia/anvisa-aprova-remedios-genericos-para-conjuntivite-menopausa-colesterol-15703634.html>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

Anvisa autoriza genéricos para tratamento de Aids e câncer. G1, São Paulo. 18/02/2011, 07h56. <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/02/anvisa-autoriza-genericos-para-tratamento-de-aids-e-cancer.html>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

Anvisa busca agilizar entrada de genérico no mercado, 16/05/2012, 11h53. <<http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Dilemas/noticia/2012/05/anvisa-busca-agilizar-entrada-de-generico-no-mercado.html>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

Anvisa inicia consulta pública sobre proposta para viabilizar genéricos. G1, São Paulo, 25/01/2012, 16h20. <<http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2012/01/anvisa-inicia-consulta-publica-sobre-proposta-para-viabilizar-genericos.html>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

Anvisa já registrou mais de 3 mil genéricos, 06/06/07, 10h28. <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL47931-5598,00-ANVISA+JA+REGISTROU+MAIS+DE+MIL+GENERICOS.html>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

Anvisa registrou 19,3 mil medicamentos genéricos desde 1999, 10/10/2012, 09h36. <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/10/anvisa-registrou-193-mil-medicamentos-genericos-desde-1999.html>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

Anvisa suspende venda de três genéricos de laboratório paranaense. 14/01/2016, 14h00. <<http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/01/anvisa-suspende-venda-de-tres-genericos-de-laboratorio-paranaense.html>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

Após dez anos, genéricos alcançam 18% das vendas. 26/05/09, 08h03. <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1167619-5598,00->

[APOS+DEZ+ANOS+GENERICOS+ALCANCAM+DAS+VENDAS.html](#)>. Acesso em: 28 mai. 2016.

BNDES libera R\$ 120 milhões para desenvolvimento de genéricos, 18/08/09, 20h34. <http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1272011-9356,00-BNDES+LIBERA+R+MILHOES+PARA+DESENVOLVIMENTO+DE+GENERICOS.html>. Acesso em: 28 mai. 2016.

Cade multa em R\$ 4,3 milhões cartel no mercado de genéricos. 06/08/2014, 19h38. <<http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2014/08/cade-multa-em-r-42-milhoes-cartel-no-mercado-de-genericos.html>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

Cade vai deliberar se recorre no caso dos genéricos, 20/12/2011, 18h06. <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/12/cade-vai-deliberar-se-recorre-no-caso-dos-genericos.html>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

CAMPOS, Jonas. Remédios são pressionados pela inflação e genéricos estão mais caros. Porto Alegre. 30/10/2015, 05h34. <<http://g1.globo.com/hora1/noticia/2015/10/remedios-sao-pressionados-pela-inflacao-e-genericos-estao-mais-caros.html>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

Cardoso, Cristiane. Rio produz primeiro medicamento genérico do país contra o câncer. G1 Rio. 19/12/2012, 12h10. <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/12/ministro-da-saude-recebe-1-lote-de-medicamento-oncologico-no-rio.html>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

Cinco genéricos inéditos no Brasil ganham registro da Anvisa. 22/01/2015, 13h19 <<http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2015/01/cinco-genericos-ineditos-no-brasil-ganham-registro-da-anvisa.html>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

COELHO, André. Com alta do dólar, genéricos encarecem nas prateleiras. 29/10/2015, 06:00. <<http://cbn.globoradio.globo.com/editorias/economia/2015/10/29/COM-ALTA-DO-DOLAR-GENERICOS-ENCARECEM-NAS-PRATELEIRAS.htm>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

Coelho, André. Demora nas concessões de patentes de medicamentos prejudica acesso de pacientes a genéricos. 22/08/2015, 06:00. <<http://cbn.globoradio.globo.com/editorias/ciencia-saude/2015/08/22/DEMORA-NAS-CONCESSOES-DE-PATENTES-DE-MEDICAMENTOS-PREJUDICA-ACESSO-DE-PACIENTES-A-GENERICOS.html>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

Comprar remédios genéricos está mais caro. 29/10/2015. <<http://cbn.globoradio.globo.com/editorias/reporter-cbn/2015/10/29/COMPRAR-REMEDIOS-GENERICOS-ESTA-MAIS-CARO.html>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

Consumo de genéricos. 15/12/00, 00h00. <<http://g1.globo.com/jornaldaglobo/0,,MUL907564-16021,00-CONSUMO+DE+GENERICOS.html>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

Cresce venda de remédios genéricos no Brasil. 07/05/2012, 19h30. <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/05/cresce-venda-de-remedios-genericos-no-brasil.html>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

Disputa no governo reduz oferta de genéricos no País, 30/04/10, 09h36 <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1583605-5598,00-DISPUTA+NO+GOVERNO+REDUZ+OFERTA+DE+GENERICOS+NO+PAIS.html>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

EMS dispara na liderança em medicamentos genéricos. 22/01/2014, 08h41. <<http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Resultados/noticia/2014/01/ems-dispara-na-lideranca-em-medicamentos-genericos.html>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

Genéricos alcançam 25,4% do mercado e atingem patamar recorde. 07/05/2012, 12h05. <<http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2012/05/genericos-alcancam-254-do-mercado-e-atingem-patamar-recorde.html>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

Genéricos ganham mercado e vendas crescem 40,9%. 19/04/07, 16h39. <http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL24252-9356,00-GENERICOS+GANHAM+MERCADO+E+VENDAS+CRECEM.html>. Acesso em: 28 mai. 2016.

Genéricos respondem por 26% das vendas. 17/08/2012, 19h23.
<<http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Resultados/noticia/2012/08/genericos-respondem-por-26-das-vendas.html>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

Genéricos são em média 57,37% mais baratos em SP, diz Procon. G1, São Paulo. 19/09/2014, 12h18. <<http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2014/09/genericos-sao-em-media-5737-mais-baratos-em-sp-diz-procon.html>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

Governo de SP amplia produção de medicamentos genéricos. 22/08/2013, 19h19.
<<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/08/governo-de-sp-amplia-producao-de-medicamentos-genericos.html>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

Governo de SP reduz ICMS de remédio genérico de 18% para 12%. 25/02/2016, 14h35.
<<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/02/governo-de-sp-reduz-icms-de-remedio-generico-de-18-para-12.html>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

Inaugurada em SP primeira fábrica de genéricos do País, 29/06/09, 19h15
<<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1212297-5598,00-INAUGURADA+EM+SP+PRIMEIRA+FABRICA+DE+GENERICOS+DO+PAIS.html>>.
Acesso em: 28 mai. 2016.

MAIA, Cristina. Anvisa proíbe fabricação de dois antibióticos genéricos da EMS. Campinas. 05/02/2015, 14h20. <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2015/02/anvisa-proibe-venda-de-dois-antibioticos-genericos-da-ems.html>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

Mais pobres comprem menos genéricos, 08/12/06, 22h00
<<http://jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/0,,MUL570617-10406,00-MAIS+POBRES+COMPRAM+MENOS+GENERICOS.html>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

Medicamento de marca é até 324% mais caro que genérico em Fortaleza. 20/05/2016, 10h50.
<<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2016/05/medicamento-de-marca-e-ate-324-mais-car-que-generico-em-fortaleza.html>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

Medicamentos genéricos completam uma década em forte expansão no país. 25/05/2009.
<<http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,EMI74454-16355,00-MEDICAMENTOS+GENERICOS+COMPLETAM+UMA+DECADA+EM+FORTE+EXPANSAO+NO+PAIS.html>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

Medicamentos similares podem ter regras parecidas com genéricos. 16/01/2014, 13h39.
<<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2014/01/medicamentos-similares-podem-ter-regras-parecidas-com-dos-genericos.html>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

Médicos de Cascavel são obrigados a receitar medicamentos genéricos. 15/08/2014, 14h51.
<<http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2014/08/medicos-de-cascavel-sao-obrigados-receitar-medicamentos-genericos.html>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

Mercado de genéricos cresce 33% em um ano, 09/02/2011.
<<http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,EMI209794-16418,00-MERCADO+DE+GENERICOS+CRESCER+EM+UM+ANO.html>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

Mercado de genéricos cresce 32,5% no semestre. 08/08/2011, 12h18.
<<http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/08/mercado-de-genericos-cresce-325-no-semestre.html>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

Mercado de genéricos tem maior crescimento desde 2003. 03/08/2010, 19h24.
<<http://g1.globo.com/economia-e-negocios/noticia/2010/08/mercado-de-genericos-tem-maior-crescimento-desde-2003.html>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

Mercado de medicamentos genéricos cresce 21,7% no 1º semestre. G1, São Paulo. 31/07/2012, 12h48.
<<http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/07/mercado-de-medicamentos-genericos-cresce-217-no-1-semestre.html>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

Mercado de remédios genéricos cresce 16% no 1º semestre. G1, São Paulo. 24/07/2013, 10h51.
<<http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/07/mercado-de-remedios-genericos-cresce-16-no-1-semestre.html>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

Número de registro de genéricos na Anvisa cresce 73%, 04/05/2011
<<http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,EMI230533-16357,00-NUMERO+DE+REGISTRO+DE+GENERICOS+NA+ANVISA+CRESCER.html>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

Pesquisa mostra que 68% das pessoas compram genéricos no país. G1, São Paulo. 24/02/2013, 07h00.
<<http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2013/02/pesquisa-mostra-que-68-das-pessoas-compram-genericos-no-pais.html>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

Procon indica variação de até 336,7% para genéricos em Campinas, SP. G1 Campinas e Região. 22/09/2014, 18h39. <<http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2014/09/procon-indica-variacao-de-ate-3367-para-genericos-em-campinas-sp.html>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

Pró Genéricos anuncia Telma Salles como nova presidente, 20/06/2012, 13h21. <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/06/pro-genericos-anuncia-telma-salles-como-nova-presidente.html>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

Remédios genéricos aumentam o acesso a medicamentos no Brasil. 20/04/2013, 07h13. <<http://redeglobo.globo.com/globouniversidade/noticia/2013/04/remedios-genericos-aumentam-o-acesso-medicamentos-no-brasil.html>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

Remédios genéricos para coração e anestesia serão vendidos pela primeira vez no Brasil. 20/02/15, 12:15. <<http://extra.globo.com/noticias/economia/remedios-genericos-para-coracao-anestesia-serao-vendidos-pela-primeira-vez-no-brasil-15390183.html>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

RS é segundo maior consumidor de genéricos do Brasil, diz associação. 20/05/2014, 23h30. <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/05/rs-e-segundo-maior-consumidor-de-genericos-do-brasil-diz-associacao.html>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

SEGATTO, Cristiane. O imperador dos genéricos. 13/12/2010, 15:15 <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI144415-15257,00-O+IMPERADOR+DOS+GENERICOS.html>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

Seis anticoncepcionais genéricos recebem registro da Anvisa, 05/11/07, 19h20 <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL170012-5598,00-SEIS+ANTICONCEPCIONAIS+GENERICOS+RECEBEM+REGISTRO+DA+ANVISA.html>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

Serra afirma que vai reduzir impostos dos medicamentos genéricos, 25/08/2010, 07h36 <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2010/08/serra-afirma-que-vai-reduzir-impostos-dos-medicamentos-genericos.html>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

Serra cobra divulgação de genéricos pelo governo federal, 20/05/09, 17h23 <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1161475-5601,00->

[SERRA+COBRA+DIVULGACAO+DE+GENERICOS+PELO+GOVERNO+FEDERAL.html](#)>. Acesso em: 28 mai. 2016.

TAKAR, Téo. Genéricos já respondem por 22% das vendas da indústria farmacêutica. 28/10/2010, 16h52. <<http://g1.globo.com/economia-e-negocios/noticia/2010/10/genericos-ja-respondem-por-22-das-vendas-da-industria-farmaceutica.html>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

Venda de genéricos cresce 37% em 2010, diz Pró Genéricos. 08/02/2011, 19h18. <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/02/vendas-de-medicamentos-genericos-crescem-37-em-2010.html>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

Vendas de genéricos crescem 34% de janeiro a maio. 25/06/2012, 12h21. <<http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Resultados/noticia/2012/06/vendas-de-genericos-crescem-34-de-janeiro-maio.html>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

Venda de genéricos desacelera em 2014. 20/01/2015, 10h08. <<http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Resultados/noticia/2015/01/venda-de-genericos-desacelera-em-2014.html>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

Venda de genéricos sobe 19,9% em fevereiro. 02/04/2016, 21:00. <<http://cbn.globoradio.globo.com/editorias/reporter-cbn/2016/04/02/VENDA-DE-GENERICOS-SOBE-199-EM-FEVEREIRO.htm>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

Venda de genéricos tem a menor taxa de crescimento desde 2001. 14/11/2012, 16h34. <<http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Resultados/noticia/2012/11/venda-de-genericos-tem-menor-taxa-de-crescimento-desde-2001.html>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

Venda de genéricos tem o menor crescimento histórico. 18/02/2013, 12h32. <<http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Acao/noticia/2013/02/venda-de-genericos-tem-o-menor-crescimento-historico.html>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

Venda de remédios genéricos tem aumento de 19%. 04/02/10, 11h48. <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1476487-5598,00-VENDA+DE+REMEDIOS+GENERICOS+TEM+AUMENTO+DE.html>>. Acesso em: 28 mai. 2016.